

Felipe Ferreira Navarro

PREFERÊNCIAS ALOCATIVAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS:  
UM ESTUDO COMPARATIVO DOS GASTOS PÚBLICOS NO PERÍODO RECENTE

Belo Horizonte

2016

Felipe Ferreira Navarro

PREFERÊNCIAS ALOCATIVAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS:  
UM ESTUDO COMPARATIVO DOS GASTOS PÚBLICOS NO PERÍODO RECENTE

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof. Dr. Elisa Maria Pinto da Rocha

Belo Horizonte

2016

N322p

Navarro, Felipe Ferreira.

Preferências alocativas dos governos estaduais [manuscrito]: um estudo comparativo dos gastos públicos no período recente / Felipe Ferreira Navarro. -- 2016.

[5], 70 p. : il.

Monografia de conclusão de curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2016.

Orientadora: Elisa Maria Pinto da Rocha

Bibliografia: p. 38-39

1. Administração pública – Minas Gerais. 2. Despesa pública – Minas Gerais. 3. Políticas públicas – Minas Gerais. I. Rocha, Elisa Maria Pinto da. II. Título.

336.5(815.1)

Felipe Ferreira Navarro

Preferências alocativas dos governos estaduais: um estudo comparativo dos gastos públicos no período recente

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

*Aprovada na Banca Examinadora*

---

Prof. Doutora Elisa Maria Pinto da Rocha, orientadora, Fundação João Pinheiro

---

Prof. Doutora Juliana de Lucena Ruas Riani, Fundação João Pinheiro

---

Mestre Daniela Góes Paraíso Lacerda, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2016

## RESUMO

Pode-se dizer que há uma carência de estudos científicos que tratam, empiricamente, da alocação dos gastos de governos nas diversas áreas de políticas públicas. Do mesmo modo, somente recentemente, a administração estadual no Brasil mereceu maior atenção no debate acadêmico e social. À vista disso, este trabalho tem como objetivos identificar o perfil, no ano de 2015, da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões do país e nos estados que as compõem e analisar a trajetória dessa alocação no período 2006-2015. Considerou-se a coleta de dados de despesas públicas por função dos governos estaduais e a sua reclassificação segundo três categorias: Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos. Dentre os principais resultados deste trabalho, verificou-se que em 73% dos estados (19 estados), os Gastos Sociais corresponderam à categoria de preferência em termos de alocação de gastos dos governos estaduais. Isso se deve, em grande medida, a um movimento de expansão da participação desses gastos ocorrido entre 2006 e 2015. Não obstante, os Gastos Mínimos representaram uma parcela expressiva dos gastos dos governos estaduais em 2015. A participação dos Gastos Econômicos no total das despesas dos governos estaduais permaneceu inferior a 15% na grande maioria dos estados ao longo de todo o período 2006-2015.

Palavras-chave: o papel do Estado, administração estadual, Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos.

## **ABSTRACT**

It might be said that there is a lack of scientific papers regarding data on the allocation of expenses by governments to different public policies. Analogously, until recently, state governments in Brazil deserved little attention in the academic and in the social debate. On that account, this work has the purpose of identifying the profile in 2015 of the allocation of expenses by state governments in Brazil's great regions and within them and of analysing the path of that allocation between 2006 and 2015. For that purpose, data on state governments' expenses by function has been gathered and reclassified into three categories: Social Expenses, Minimal Expenses and Economic Expenses. Major results of this work include: in terms of allocation of expenses, 73% of state governments in Brazil (19 states) prefer Social Expenses. The reason behind it lies, mainly, on the growth of the percentage of Social Expenses between 2006 and 2015. Regardless of that, Minimal expenses consist in a relevant amount of state governments' expenses in 2015. The percentage of Economic Expenses has remained low (under 15% of total expenses) for most of the states between 2006 and 2015.

**Keywords:** the role of the state, state governments in Brazil, Minimal Expenses, Social Expenses and Economic Expenses.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>9</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4 PERFIL ATUAL E TRAJETÓRIA RECENTE DA ALOCAÇÃO DOS GASTOS DOS GOVERNOS ESTADUAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>4.1 Perfil da alocação dos gastos dos governos estaduais no exercício de 2015.....</b>	<b>23</b>
<b>4.2 A trajetória da alocação dos gastos dos governos estaduais no período 2006-2015</b>	<b>27</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A - Funções e subfunções de governo .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO B - Alocação dos gastos dos governos estaduais - Grandes regiões e estados .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da questão da formação do Estado remonta a tempos antigos, havendo trabalhos relacionados ao assunto desde, pelo menos, a época de James Madison e Alexis de Tocqueville (CAVALCANTE, 2011, p. 1783).

Ainda assim, somente nas últimas décadas, o tema mereceu maior atenção nas Ciências Sociais. Dentro do amplo espectro de dimensões e possibilidades assumidos pelo tema, o enfoque se voltou, fundamentalmente, para problemas ligados ao tamanho e às reformas estatais no último quartel do século XX. Dentre esses tópicos, ganhou relevância, tanto no seio do meio acadêmico como fora dele, a questão do papel do Estado na economia e na sociedade (REZENDE, 2002, p. 123).

Não obstante a riqueza de estudos que se produziu versando sobre o alcance da atuação estatal, as estruturas e o funcionamento de governos, poucas foram as pesquisas que abordaram o problema sob a ótica da alocação dos gastos governamentais nas diferentes áreas de políticas públicas. Com efeito, pode-se dizer que há uma carência de estudos científicos recentes acerca, por exemplo, da participação dos gastos em áreas tidas como de domínio exclusivo do Estado (como segurança pública e administração) no conjunto das despesas de governos ao longo dos anos, da diferença entre as proporções de gastos sociais e de gastos econômicos em diferentes esferas de determinada federação, dentre outros (REZENDE, 2002, p. 123-124).

Assim como se sucedeu relativamente às pesquisas que concernem aos gastos públicos, um campo de investigação que ficou à margem do debate acadêmico e social no período recente foi o campo da administração estadual no Brasil. Isso se deve, notadamente, ao processo de descentralização empreendido no país a partir da década de 1980, no qual a ênfase recaiu na relação governo federal e municípios. Somente nos últimos anos, a administração estadual começou a se impor novamente como campo de investigação, como resultado da recuperação do crescimento econômico do país (SOARES, 2014, p. 7).

Esse panorama é particularmente relevante ao se considerar o recente histórico da administração estadual no país. Conforme assevera o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sergei Suarez Dillon Soares (2014, p. 7),

Convivem, os governos estaduais, desde a década dos 1990, com uma trajetória de duro e necessário ajustamento em suas capacidades de desenho e implementação de trajetórias de desenvolvimento – sejam estas

capacidades as econômico-fiscais, sejam as político-institucionais necessárias ao atendimento de políticas públicas estratégicas.

Nessa perspectiva, o presente trabalho procura fornecer respostas referentes aos seguintes questionamentos principais: a) qual é o atual perfil dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões do país e nos estados que as integram, considerando-se as categorias Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos?; e b) qual foi a trajetória dessa alocação de gastos no período 2006-2015?

Entende-se que o tema tratado no trabalho se mostra oportuno e de grande importância para a Administração Pública, especialmente no atual momento de crise financeira e econômica - além de política e social - pelo qual passa o Brasil.

Acredita-se que a discussão ora elaborada nesta monografia possa auxiliar o processo de formulação de políticas públicas, uma vez que auxilia o entendimento acerca de como os governos estaduais alocam o gasto público, ou seja, lança luzes sobre a preferência alocativa dos governos dos estados nas cinco grandes regiões brasileiras.

Nesses termos e tendo em conta que este trabalho servirá de requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, espera-se que a pesquisa atenda a necessidades intelectuais por conhecimento tanto do meio acadêmico, como da Administração Pública e da sociedade.

Segundo Rezende, não bastasse o teor ideológico que permeia a literatura que trata de questões associadas à formação do Estado (1996, p. 196),

a falta de *accountability*, o uso de critérios políticos para a alocação de recursos, a corrupção generalizada, além do gigantismo das empresas públicas e outras mazelas, são freqüentemente apontados como as principais causas do baixo desempenho dos governos, o que, em última instância, produz inflação, desemprego e um excessivo aumento nas despesas públicas.

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar como se verificou, no passado recente, a alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões brasileiras e nos estados que as integram, considerando-se as categorias gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos.

Especificamente, pretende-se:

a) identificar o perfil, no exercício de 2015, da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões do país e nos estados que as compõem, considerando-se as categorias de Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos, evidenciando-se eventuais similaridades e diferenças entre eles; e

b) analisar a trajetória da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões e nos estados que as integram no período 2006-2015, considerando-se as categorias Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos, salientando-se tendências, similaridades e diferenças nessas trajetórias.

Este texto se encontra organizado do seguinte modo. Além desta introdução, na seção **2**, elabora-se revisão da literatura relativa à natureza dos gastos públicos e à alocação desses gastos nas diferentes áreas da atuação governamental. Na seção **3**, descreve-se a metodologia empregada na realização desta pesquisa. Na seção **4**, é feita uma discussão dos principais achados desta pesquisa, organizados segundo os objetivos específicos traçados no trabalho. E, finalmente, a última seção contém as considerações finais feitas a respeito deste trabalho.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, é considerada como sendo despesa pública no Brasil a "aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado" (BRASIL, 2016a).

Em uma de suas definições acerca da despesa pública, Baleeiro aponta que a despesa pública corresponde à "*aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para execução de fim a cargo de governo*" (2012, p. 83). Além da identificação do sujeito responsável pela aplicação dos recursos públicos, um aspecto relevante realçado por Baleeiro corresponde à autorização legislativa. Com efeito, a realização de uma despesa pública, no Brasil, prescinde da sua devida regulamentação e do seu respaldo oficial por meio do Poder Legislativo, em sua condição de representante da população.

Outro aspecto relevante no que tange às despesas públicas corresponde à diferenciação entre gastos governamentais e gastos públicos. Enquanto os gastos governamentais correspondem aos gastos realizados pela administração pública direta e indireta (isto é, pelas esferas de governo e suas autarquias e fundações), os gastos públicos englobam, além dos gastos governamentais, as despesas realizadas com as atividades econômicas produtivas do governo (nos quais se incluem os gastos das empresas estatais) (RIANI, 2009, p. 54).

Consoante a Lei Nº 4.320, de 17/3/1964 e outras alterações introduzidas posteriormente, as receitas e as despesas públicas, no Brasil, são identificadas e agrupadas segundo diferentes categorizações (OLIVEIRA, 2009, p. 138). Conforme o glossário da Secretaria do Tesouro Nacional, a classificação das contas públicas é o

agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objetos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de atuação (receita ou despesa) constitui instrumento de planejamento, tomada de decisões, comunicação e controle. (BRASIL, 2016a)

A classificação das despesas públicas no Brasil compreende, atualmente, três classificações: a classificação institucional, a classificação funcional programática e a classificação por natureza da despesa (BRASIL, 2016a).

A classificação institucional identifica os órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela aplicação dos recursos públicos (BRASIL, 2016a). Segundo o glossário da Secretaria do Tesouro Nacional,

um órgão ou uma unidade orçamentária pode, eventualmente, não corresponder a uma estrutura administrativa, como, por exemplo, 'Encargos Financeiros da União', 'Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios', 'Reserva de Contingência', etc. (BRASIL, 2016a)

A classificação funcional programática leva em consideração a classificação das despesas em funções, subfunções, programas (que podem se desdobrar em subprogramas), projetos ou atividades e subprojetos ou subatividades. Essa classificação agrega as despesas públicas segundo as grandes áreas da ação governamental, tendo como fins o planejamento, a programação e a orçamentação dessas despesas (BRASIL, 2016a).

A classificação das despesas por função (ou classificação funcional da despesa) "busca responder basicamente à indagação 'em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?'" (BRASIL, 2015, p. 37) A classificação funcional da despesa é também utilizada no exterior, aparecendo na *Classifications of Expenditure According to Purpose*, publicação da Organização das Nações Unidas (1999, p. 10).

A classificação funcional da despesa considera vinte e oito funções e subfunções (BRASIL, 2015, p. 315-319). Como função, entende-se o "maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público" (BRASIL, 2016a). São exemplos de funções as funções Educação, Indústria e Administração (BRASIL, 2015, p. 315-319). Já a subfunção, conforme o glossário da Secretaria do Tesouro Nacional,

representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas. (BRASIL, 2016a)

Atualmente, as funções e subfunções de governo foram determinadas no Anexo da Portaria Nº 42, de 14/4/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão.

Posteriormente, as Portarias Nº 37, de 16/08/2007, Nº 41, de 18/08/2008, Nº 54, de 04/07/2011 e Nº 67, de 20/07/2012 da Secretaria de Orçamento Federal introduziram mudanças que incidiram sobre determinadas subfunções, suprimindo, adicionando ou alterando subfunções (BRASIL, 2015, p. 315-319). Em anexo a este trabalho, encontra-se o quadro de funções e subfunções de governo disponível no Manual Técnico de Orçamento 2016 (2ª versão) da Secretaria de Orçamento Federal (BRASIL, 2015, p. 315-319).

As funções e subfunções se desdobram em programas, nos quais são estabelecidos os produtos finais destinados ao enfrentamento e ao equacionamento de problemas da sociedade. Sendo verificada a necessidade de maior especificação dos programas, eles podem ser desdobrados em subprogramas. Os programas (e/ou subprogramas) são compostos por projetos e/ou atividades, pelos quais se sucede a provisão dos produtos e o alcance dos objetivos previstos pelos programas. Por fim, os subprodutos e subatividades "constituem-se no menor nível de desagregação da ação do governo, com destinação de recursos na Lei Orçamentária" (BRASIL, 2016a).

Finalmente, a classificação das despesas públicas por natureza considera, a princípio, duas categorias: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes compreendem, fundamentalmente, as despesas do governo com custeio e as chamadas transferências correntes (as quais incluem pagamentos de juros e outros encargos da dívida, subvenções, contribuições relativas à previdência social, dentre outros). Por sua vez, as despesas de capital correspondem aos gastos com investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida e outras despesas de capital (BRASIL, 1964).

Conforme exposto por Riani (2009, p. 55),

Por meio dos gastos por categoria econômica, é possível:

- avaliar a situação financeira do governo, quando analisada conjuntamente com a receita;
- avaliar o peso de cada componente na estrutura de gastos;
- apurar a capacidade de poupança do governo;
- apurar a capacidade de investimentos do governo;
- apurar a rifidez da composição dos gastos e a margem de flexibilidade do governo, no que se refere à sua política de gastos.

Até a década de 1990, o debate tradicional em torno dos gastos públicos esteve centrado nos problemas do tamanho e do crescimento do Estado. Contudo, a crítica aos

tradicionais modelos relativos à intervenção do Estado conduziu a uma mudança de enfoque nas Ciências Sociais, ganhando proeminência as pesquisas que tinham em perspectiva o equacionamento do problema do papel do Estado na economia e na sociedade (REZENDE, 2002, p. 123).

Como expõe Flávio da Cunha Rezende, entretanto (2002, p. 124),

poucos são os estudos que tentam explicar com base em modelos positivos porque os governos desempenham determinado papel, bem como aqueles que dão conta de fornecer modelos teóricos para explicar transformações no papel do governo, tanto em estudos de caso como em perspectiva comparada.

Nesta pesquisa, identificou-se, como as principais referências dentre esses estudos, três artigos de autoria de Rezende.

No primeiro e mais antigo desses artigos, Rezende procura tratar das seguintes questões (1996, p. 196-197):

existem diferenças substantivas nas ações dos governos, em termos dos seus papéis ou envolvimento em funções, quando se comparam os países em desenvolvimento com os desenvolvidos? Estariam os Leviatãs fora do lugar? A resposta a esta provocativa indagação representa um avanço importante no debate sobre as políticas públicas dos países em desenvolvimento. Ampliando a discussão: estariam os governos assumindo papéis similares ou estaria havendo uma convergência para um papel "bem definido"? Que papéis os governos estão assumindo nessa nova ordem? O objetivo deste artigo é elucidar, empiricamente, estas questões fundamentais para o debate.

À vista dessas questões, Rezende utiliza as seguintes variáveis: relação entre gastos públicos e Produto Interno Bruto no período 1960-1993 e gastos públicos por função (as séries históricas relativas a essa variável se diferenciam em função da disponibilidade de dados, alternando, de modo geral, entre os anos de 1980 e 1992) (1996, p. 198; p. 200-201). Considerando os gastos públicos por função, procedeu-se à recategorização desses gastos segundo três categorias (consoante critérios oficiais utilizados em documentos internacionais): gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos (REZENDE, 1996, p. 197). Considerou-se o percentual desses gastos relativamente ao Produto Interno Bruto ou ao total dos gastos dos governos. A opção pelo uso de porcentagens, segundo Rezende, decorre de sua praticidade na comparação de gastos realizados em diferentes moedas, além de sua força explicativa em relação às questões formuladas (1996, p. 209).

A amostra selecionada consistiu em três países desenvolvidos - Estados Unidos, Inglaterra e França - e em quatro países em desenvolvimento - Brasil, México, Índia e Coreia do Sul. A escolha dos países desenvolvidos se fundamentou na veemente defesa por esses países de reformas de caráter liberal no aparato do Estado. Já a opção pelos quatro países em desenvolvimento se baseou (a despeito de suas diferenças, como pondera Rezende) no ajuste desses países aos requisitos das questões formuladas para a pesquisa, à disponibilidade de dados referentes a eles na fonte consultada e às reformas que vinham sendo implementadas pelos governos desses países desde meados da década de 1980 (REZENDE, 1996, p. 197).

Por meio da pesquisa realizada, constatou-se que os governos, no período considerado, alteraram de maneira expressiva a alocação de seus gastos nas diferentes funções, o que foi verificado, principalmente, nos países em desenvolvimento. Nestes, observou-se um intenso movimento em direção a um estado mínimo. Já em relação aos países desenvolvidos, a despeito de sua retórica em favor de reformas liberais no Estado, verificou-se uma significativa estabilidade em termos de sua alocação de gastos, havendo a manutenção e, até mesmo, um crescimento dos gastos sociais (com as funções relacionadas ao Estado de Bem-Estar social) e dos gastos econômicos (REZENDE, 1996, p. 208).

Reconhecendo as limitações de sua pesquisa, Rezende aponta que o estudo realizado, não obstante, foi capaz de propiciar a percepção de que o argumento em favor de um Estado mínimo poderia estar conduzindo a um encaminhamento equivocado do processo de minimalização do Estado (1996, p. 208). Como assinala (1996, p. 208),

o que a experiência internacional demonstra é que os governos devem ser estáveis como resultado da racionalidade do seu principal ator coletivo. A extrema minimalização tomada como receituário, em detrimento de um maior padrão alocativo, mais voltado para garantir direitos sociais, redução de desigualdades e outros bens públicos em que o mercado se mostra teoricamente ineficiente, pode ser absolutamente desastrosa para tais países.

No segundo dos três artigos a que se fez menção, Rezende, perante a carência de pesquisas sobre a alocação de gastos nas diferentes esferas de governo no Brasil (1997, p. 413), procura responder à seguinte questão: "como e em que medida os governos locais teriam alterado suas preferências alocativas com a descentralização?" (1997, p. 414)

Tendo em perspectiva essa questão, Rezende se utiliza dos dados relativos a estados e municípios brasileiros no período entre 1980 e 1994 (1997, p. 414). A amostra selecionada se constituiu de sete estados brasileiros e os municípios de suas capitais. A

amostra foi dividida em dois grupos: estados grandes (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e suas capitais e estados pequenos (Paraná, Pernambuco, Bahia e Ceará) e suas capitais (REZENDE, 1997, p. 415). De acordo com Rezende, a escolha da amostra se baseou na identificação dos estados e municípios com maiores população, renda, representação política, produção econômica e grau de urbanização (1997, p. 437). Além disso, analisou-se a alocação de gastos nas grandes regiões do país.

Quanto às categorias gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos, Rezende enunciou (1997, p. 416):

o gasto mínimo (*G<sub>m</sub>*) corresponde à parcela de gastos governamentais em políticas públicas consideradas como de domínio exclusivo do governo. Estas envolvem a provisão de bens e serviços que se enquadram na categoria de bens públicos puros, os quais não podem ser provisionados por mecanismos de mercado, representando campos de domínio exclusivo do governo.

O gasto social (*G<sub>s</sub>*) corresponde à parcela do gasto em políticas públicas destinada à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase-públicos. Tais bens, devido a seus graus de exclusão e divisibilidade relativa ao consumo, permitem que o governo não assuma posição monopolista, abrindo portas para a entrada de mecanismos de mercado para a alocação de tais recursos.

Finalmente, o gasto econômico (*G<sub>e</sub>*) corresponde à parcela do gasto que diz respeito a atividades econômicas nas quais, tecnicamente, o governo não teria necessidade de se envolver. Contudo, na prática, o governo desempenha tais atividades dada a necessidade de regulação de mercados; ou, ainda, em casos de intervenção direta desempenhando atividades empresariais.

Quanto a referência a "bens públicos puros", evidencia Fernando Rezende (2012, p. 19) que,

[...] [os bens] que, segundo definição de Paul Samuelson, seriam chamados de "bens públicos" [ou "bens públicos puros"], distinguem-se dos demais principalmente pela indivisibilidade de consumo, isto é, devem ser consumidos por todos, independentemente de manifestação individual de preferências. Exemplos clássicos desse tipo de bem são fornecidos por serviços de segurança e justiça. As exigências de manutenção da ordem interna e externa e de defesa nacional constituem uma necessidade coletiva da comunidade. Todavia, na medida em que é impossível avaliar a quantidade desses serviços que é consumida pelos diferentes indivíduos, a determinação de um preço por meio do mercado pelo mecanismo clássico de oferta e demanda torna-se impossível, e, na ausência de um preço de mercado, a alocação de recursos para a produção desses bens por parte do setor privado afigura-se, também, impraticável. Daí a exigência da intervenção do governo com o objetivo de satisfazer a essas necessidades coletivas, utilizando a tributação para obter compulsoriamente os recursos necessários ao financiamento de sua produção.

Em relação à menção a "bens e serviços meritórios", esses, por sua vez, correspondem a bens e serviços que, embora passíveis de comercialização pelo mercado, são providos pelo governo devido aos benefícios sociais associados à sua oferta. Os bens meritórios são também chamados de "bens semipúblicos". Um exemplo de bens ou serviços meritórios são serviços de educação e saúde (REZENDE, 2012, p. 19).

Em um quadro, Flávio Rezende elencou as funções que compuseram cada categoria de gastos (gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos). De acordo com Rezende, nesse estudo, considerou-se, em relação a essas categorias, somente as funções relacionadas à finalidade última da ação governamental, não sendo contempladas as funções de natureza intermediária (1997, p. 416).

Os gastos mínimos compreenderam os gastos com as funções "Legislativo", "Judiciário", "Administração e Planejamento" e "Defesa e Segurança". Dentre os gastos sociais, foram incluídos os gastos com as categorias "Educação e Cultura", "Saúde e Saneamento", "Assistência e Previdência" e "Habitação e Urbanismo". Finalmente, os gastos econômicos compreenderam os gastos com as funções "Agricultura", "Comunicações", "Desenvolvimento Regional", "Energia e Recursos Minerais", "Indústria, Comércio e Serviços", "Relações Exteriores", "Trabalho" e "Transporte" (REZENDE, 1997, p. 417).

Dentre as principais conclusões feitas por Rezende, identificou-se que os estados tiveram uma alteração profunda na alocação de seus gastos, passando a apresentar um padrão mais bem definido em termos de suas preferências alocativas a partir de 1988. Já os municípios das capitais, ao longo de todo o período considerado, apresentaram maior estabilidade na alocação de seus gastos, tendo sido maiores os percentuais relativos aos gastos sociais. Enquanto, nos estados considerados grandes, observou-se um movimento mais expressivo em direção a um Estado Mínimo, nos estados pequenos, verificou-se um direcionamento da alocação de gastos em favor dos gastos sociais (1997, p. 433-434).

Na região Sudeste, observou-se, a partir de 1992, uma preferência por Gastos Mínimos, resultado da expansão da proporção dessa categoria de gastos comparativamente às proporções das demais categorias a partir de 1988. No Sul, é verificado um movimento similar de crescimento da participação dos Gastos Mínimos, culminando, em 1994, em uma preferência conjunta por Gastos Mínimos e por Gastos Sociais (REZENDE, 1997, p. 418-419).

Nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, constatou-se, a partir de 1988, numa expansão da participação dos Gastos Sociais, configurando, em 1994, em uma preferência ordenada por Gastos Sociais (REZENDE, 1997, p. 420-422).

Em relação às alterações mais expressivas nas trajetórias da alocação de gastos dos estados grandes comparativamente aos estados pequenos e aos municípios, Rezende enunciou que é possível que essa ocorrência esteja associada ao tamanho maior dos grupos de interesse e à maior complexidade dos sistemas político-institucionais nos estados grandes. Esses, por sua vez, tornariam mais propensas mudanças na posição do eleitor médio e, por conseguinte, nos resultados dos processos de escolhas coletivas que são conduzidos pela via da regra da maioria. Nos estados pequenos, o tamanho dos grupos de interesse e a complexidade dos sistemas político-institucionais aumentam de modo pouco significativo em comparação com os municípios das capitais (1997, p. 434).

Quanto ao predomínio dos gastos sociais nos estados menores, Rezende considera que é possível indicar alguns elementos que teriam influído quanto à sua ocorrência. Segundo ele, o crescimento da participação dos gastos sociais no conjunto das despesas dos estados menores pode estar ligado à menor competição política e a uma maior aproximação das elites nesses estados com as elites locais (levando, inclusive, a um maior espaço para o estabelecimento de relações clientelistas) (1997, p. 434-435).

Finalmente, no último dos três artigos de autoria de Rezende, é feita uma análise dos gastos de países bastante similar à realizada no primeiro dos artigos de Rezende examinado neste trabalho. O objetivo consistiu em "identificar que mudanças ocorreram no grau de intervenção do Estado nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento desde os anos 1970" (2002, p. 124).

A amostra selecionada compreendeu 64 países, os quais foram divididos segundo faixas de renda. A classificação dos países por faixas de renda seguiu, de acordo com Rezende, a metodologia empregada no *World Development Report*, publicação do Banco Mundial (2002, p. 124-125).

Tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, Rezende utilizou, primariamente, as variáveis relação entre gastos públicos e Produto Interno Bruto e proporções de gastos sociais, gastos econômicos, gastos com administração e gastos com defesa relativas ao total dos gastos públicos (2002, p. 124-125; p. 126; p. 130).

Além dessas variáveis, Rezende utiliza uma nova variável, proposta por ele próprio e denominada "Índice de Governo Mínimo". O Índice de Governo Mínimo é calculado com base nas proporções de gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos relativas ao Produto Interno Bruto, sendo dado pela seguinte fórmula:  $IGM = (G_m) / (G_s + G_e)$ , em que  $G_m$ ,  $G_s$  e  $G_e$  representam essas proporções. A essas proporções, Rezende dá o nome de Papel Mínimo do Governo, Papel Social do Governo e Papel Econômico do Governo. O valor do Índice de Governo Mínimo varia continuamente no intervalo  $0 \leq IGM < \infty$ , em que  $IGM = 0$  corresponde a um estado hipotético em que o governo não realiza qualquer tipo de despesa em áreas de sua competência exclusiva (tais como administração e defesa nacional) e  $IGM = \infty$ , a um estado em que o governo deixa a cargo do setor privado o desempenho de funções sociais e econômicas, configurando o que seria um estado mínimo puro (2002, p. 137).

Dentre as principais conclusões realizadas por Rezende, constatou-se que, em todas as faixas de renda, houve um crescimento na proporção dos gastos públicos em relação ao Produto Interno Bruto. Ainda que as maiores taxas de crescimento dos gastos públicos tenham sido observadas nos países de renda alta e de renda média baixa, os países de renda mais alta corresponderam àqueles nos quais a intervenção do governo foi maior ao final do período considerado (2002, p. 125).

Quanto às proporções de gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos, constatou-se, fundamentalmente, que os países de renda alta mantiveram uma proporção elevada de gastos sociais, interferindo. Já nos países de renda média baixa e renda média alta, houve uma expansão substancial dos gastos mínimos, à qual Rezende associou a uma preocupação com ajustes de natureza fiscal (2002, p. 139).

A revisão da literatura realizada proporcionou a identificação dos principais conceitos relativos às despesas públicas no Brasil. Além disso, a revisão possibilitou a compreensão da forma como essas despesas são apresentadas nos balanços e demais publicações de contas públicas no país.

Outro aspecto proporcionado pela revisão bibliográfica foi a identificação das principais referências em termos de pesquisas que procuram tratar, de modo empírico, do papel do Estado na economia e da sociedade. Conforme mencionado, há uma escassez relativamente a essas pesquisas, sendo, ainda atualmente, as principais referências os estudos realizados por Rezende nas décadas de 1990 e 2000. Nesses estudos, trabalhou-se,

principalmente, com a classificação das despesas públicas em gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos, sendo tomados os seus percentuais relativos ao Produto Interno Bruto e ao total das despesas governamentais (REZENDE, 1996, p. 200-201; 1997, p. 415-417; 2002, p. 126; p. 130).

As pesquisas realizadas por Rezende (não obstante os dados obtidos tenham sido tratados de forma agregada, como reconhece Rezende (1996, p. 209; 2002, p. 125)) propiciaram alguns apontamentos relevantes quanto à trajetória da alocação dos gastos em governos no Brasil e em outros países.

De modo geral, constatou-se que nos países desenvolvidos há uma propensão à estabilidade na alocação dos gastos dos governos nacionais, com predomínio, em termos de participação, dos gastos sociais. Nos países em desenvolvimento, verificou-se que os governos nacionais modificaram substancialmente a sua alocação de gastos entre as décadas de 1960 e 1990, tendo sido realizada uma redução expressiva em gastos sociais e em gastos econômicos (REZENDE, 1996, p. 208; 2002, p. 138).

Finalmente, o artigo que tratou da alocação de gastos dos governos estaduais no Brasil revelou que, nos estados maiores, há uma preferência pelos gastos mínimos, enquanto, nos estados menores, a maior proporção identificada foi a relativa aos gastos sociais. Nos municípios das capitais dos estados, identificou-se, igualmente, um predomínio dos gastos sociais em relação aos demais. De modo geral, ainda observou-se que os estados tendem a apresentar uma maior variação em termos de sua alocação de gastos comparativamente aos municípios, o que poderia estar relacionado a aspectos ligados aos processos de escolha coletiva nos estados e nos municípios (REZENDE, 1997, 433-435).

### 3 METODOLOGIA

Conforme foi assinalado na seção 1, o primeiro objetivo específico deste trabalho consistiu em identificar o perfil, no exercício de 2015, da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões do país e nos estados que as compõem, considerando-se as categorias gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos e a identificação de preferências, similaridades e diferenças relativamente a essa alocação de gastos.

Para o alcance desse objetivo, coletou-se os seguintes dados: valor, em R\$, das despesas por função empenhadas pelos governos estaduais no exercício de 2015. Os dados foram obtidos por meio de consulta virtual à página da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2016b).

Optou-se por coletar os dados de despesas empenhadas visto que o empenho de determinada despesa indica o compromisso assumido pelo Poder Público com a realização dessa despesa. Uma vez realizado o empenho de qualquer despesa, a anulação parcial ou total desse empenho somente poderá ser feita quando o objeto contratado pelo Poder Público não foi ou foi parcialmente entregue pelo credor, quando o valor empenhado não foi totalmente utilizado ou quando a nota de empenho foi emitida incorretamente (BRASIL, 2016a).

Após a coleta dos dados, os mesmos foram reorganizados de acordo com a categorização abaixo relacionada:

a) Gastos Mínimos (Gm): foram consideradas como gastos mínimos as despesas classificadas com as seguintes funções: "Legislativa", "Judiciária", "Essencial à Justiça", "Administração", "Defesa Nacional", "Segurança Pública", "Relações Exteriores" e "Encargos Especiais";

b) Gastos Sociais (Gs): foram consideradas nessa categoria as despesas classificadas com as funções: "Assistência Social", "Previdência Social", "Saúde", "Educação", "Cultura", "Direitos da Cidadania", "Urbanismo", "Habitação", "Saneamento", "Gestão Ambiental" e "Desporto e Lazer";

c) Gastos Econômicos (Ge): nessa categoria, foram consideradas as despesas enquadradas nas funções: "Trabalho", "Ciência e Tecnologia", "Agricultura", "Organização Agrária", "Indústria", "Comércio e Serviços", "Comunicações", "Energia" e "Transporte".

Para essa classificação das categorias de gastos (Gm, Gs e Ge), utilizou-se como referência, sobretudo, o estudo desenvolvido por Rezende (1996, p. 200-201; 1997, p. 416; 2002, p. 137)

Procedeu-se, então, à determinação da participação em termos percentuais dessas categorias de gastos no total das despesas dos governos estaduais. Para a identificação da alocação dos gastos nas grandes regiões do país, considerou-se as cinco grandes regiões conforme a Divisão Regional do Brasil (IBGE, 2016) - Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul -, tomando-se a média aritmética das participações das categorias de gastos nos estados que compõem cada região.

De posse desses dados, elaborou-se uma descrição dos principais aspectos percebidos com relação à alocação dos gastos nas grandes regiões, identificando semelhanças e diferenças entre as regiões e no interior de cada região. Para cada grande região, buscou-se averiguar a ocorrência dos seguintes tipos de situação (REZENDE, 1997, p. 417):

a) há uma nítida ordenação entre as categorias de gastos, sendo a proporção de uma das categorias superior à proporção apurada das demais, havendo uma nítida distinção entre as proporções das categorias que tiveram a segunda e a terceira maior porcentagens;

b) há a dominância de uma categoria de gastos sobre as demais em termos percentuais, não se podendo afirmar que há uma situação de clara anteposição de uma das outras duas categorias em relação à outra;

c) não é possível afirmar sobre a existência de dominância entre as três categorias.

O segundo objetivo específico deste trabalho consistiu em analisar a trajetória, no período 2006-2015, da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões e nos estados que as integram, considerando-se as categorias gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos e a identificação de preferências, tendências, similaridades e diferenças nessas trajetórias.

Para o alcance desse objetivo, foi realizada a coleta dos seguintes dados: valor, em R\$, das despesas por função empenhadas pelos governos estaduais nos exercícios de 2006 a 2015. Os dados foram, também, obtidos por meio de consulta virtual à página da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2016b).

A opção pelo período compreendido entre os anos de 2006 e 2015 teve como motivação o fato desse período perpassar os mandatos para governadores estaduais, os quais poderiam ter influência sobre os resultados aferidos.

Após a coleta dos dados, procedeu-se à reclassificação dos mesmos segundo as mesmas categorias de gastos: gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos. Foi apurada a participação dessas categorias no total das despesas dos estados em cada exercício. Para as grandes regiões, em cada exercício, foi apurada a média aritmética das proporções das categorias de gastos nos estados que compõem de cada região.

Elaborou-se, então, uma análise dos principais aspectos relativos à trajetória da participação das categorias de gastos no total das despesas dos governos estaduais. Procurou-se identificar semelhanças e diferenças nessas trajetórias entre as grandes regiões e nas grandes regiões. Especificamente, procurou-se identificar a ocorrência das seguintes tendências (REZENDE, 1997, p. 418):

a) Tendência à minimalização: há uma expansão da proporção dos gastos mínimos aliada a uma manutenção ou, mesmo, a uma retração da proporção dos gastos sociais e dos gastos econômicos. Indica um curso em direção a um Estado em que é mínima a sua intervenção na economia e na sociedade;

b) Tendência à socialização: há um crescimento da proporção dos gastos sociais simultâneo a uma estabilização ou a uma diminuição na proporção dos demais gastos. Denota um crescimento, em termos de participação, dos gastos em políticas públicas de corte social, em detrimento de gastos em áreas de domínio exclusivo do Estado e da intervenção na economia;

c) Tendência ao intervencionismo econômico: há um crescimento da proporção dos gastos econômicos concomitantemente a uma manutenção ou a uma retração da proporção dos gastos mínimos e dos gastos sociais. Denota um aumento, em termos proporcionais, dos gastos relacionados à intervenção na economia, em detrimento dos gastos em políticas sociais e dos gastos associados à manutenção e expansão da máquina estatal.

Tomando como referência as classificações dos tipos de pesquisa apresentados por Silveira e Córdova (2009, p. 35) e Gil, esta monografia se aproxima de uma pesquisa descritiva, isto é, tipo de pesquisa cujo objetivo principal corresponde à descrição de

"características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis" (GIL, 2012, p. 28).

Assim sendo, o delineamento para esta pesquisa (ou seja, o plano de coleta, análise e interpretação dos dados utilizados) a coloca no conjunto das pesquisas do tipo documentais (FONSECA, 2002, p. 32 *apud* SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009, p. 37).

Para a identificação do perfil e da trajetória da alocação dos gastos dos governos estaduais, foram considerados os percentuais, em R\$ correntes, das categorias Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos relativos ao total das despesas dos governos estaduais em cada exercício.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é do tipo quantitativa. Em relação à sua natureza, a pesquisa visou à satisfação de necessidades intelectuais por conhecimentos, sem se preocupar diretamente com suas aplicações práticas, se encaixando, dessa forma, na classificação de pesquisa do tipo básica (GIL, 2012, p. 26).

## 4 PERFIL ATUAL E TRAJETÓRIA RECENTE DA ALOCAÇÃO DOS GASTOS DOS GOVERNOS ESTADUAIS

Nesta seção, são apresentados os principais resultados do trabalho.

### 4.1 Perfil da alocação dos gastos dos governos estaduais no exercício de 2015

Nesta seção, elabora-se a análise do perfil da alocação dos gastos dos governos estaduais no exercício de 2015, tendo como referência o primeiro objetivo específico do trabalho. Busca-se identificar semelhanças e diferenças em relação à alocação dos gastos dos estados nas cinco regiões do Brasil.

Conforme ilustrado na Tabela 1, o atual perfil da distribuição dos gastos dos governos estaduais brasileiros é o de uma massiva alocação dos gastos em Gastos Sociais e em Gastos Mínimos. Os Gastos Econômicos correspondem a uma parcela limitada dos gastos dos governos estaduais, respondendo, em geral, por menos de 10% do total dos gastos. Os Gastos Sociais são a categoria de gastos de preferência dos governos estaduais, correspondendo, em média, a praticamente metade do total dos gastos no país (49,08%). Os Gastos Mínimos corresponderam a cerca de 45% dos gastos.

Tabela 1- Perfil da Alocação dos Gastos dos Governos Estaduais - Grandes Regiões e Estados - 2015

(continua)

Especificação	Participação no total das despesas (%)		
	Gastos Mínimos	Gastos Sociais	Gastos Econômicos
<b>Centro-Oeste</b>	<b>47,56</b>	<b>45,50</b>	<b>6,94</b>
Goiás	46,03	46,27	7,70
Mato Grosso do Sul	54,16	40,77	5,08
Mato Grosso	42,49	49,48	8,04
<b>Nordeste</b>	<b>42,60</b>	<b>51,70</b>	<b>5,70</b>
Alagoas	53,99	41,84	4,17
Bahia	44,45	51,28	4,28
Ceará	42,50	46,65	10,85
Maranhão	42,35	52,57	5,07
Paraíba	38,66	55,44	5,90
Pernambuco	41,62	52,95	5,43
Piauí	39,49	56,35	4,17

(conclusão)

Especificação	Participação no total das despesas (%)		
	Gastos Mínimos	Gastos Sociais	Gastos Econômicos
<b>Nordeste</b>	<b>42,60</b>	<b>51,70</b>	<b>5,70</b>
Rio Grande do Norte	40,71	53,23	6,06
Sergipe	39,64	55,02	5,35
<b>Norte</b>	<b>45,74</b>	<b>48,12</b>	<b>6,14</b>
Acre	40,52	53,26	6,22
Amazonas	44,58	52,20	3,23
Amapá	48,63	48,82	2,54
Pará	45,22	49,07	5,71
Rondônia	51,60	42,04	6,36
Roraima	38,54	48,48	12,97
Tocantins	51,08	42,97	5,95
<b>Sudeste</b>	<b>45,70</b>	<b>47,57</b>	<b>6,73</b>
Espírito Santo	38,20	55,70	6,10
Minas Gerais	55,46	41,64	2,90
Rio de Janeiro	44,29	45,27	10,44
São Paulo	44,85	47,69	7,46
<b>Sul</b>	<b>46,16</b>	<b>49,02</b>	<b>4,83</b>
Paraná	50,15	46,10	3,75
Rio Grande do Sul	49,92	47,44	2,65
Santa Catarina	38,41	53,51	8,08
<b>Brasil</b>	<b>44,90</b>	<b>49,08</b>	<b>6,02</b>

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

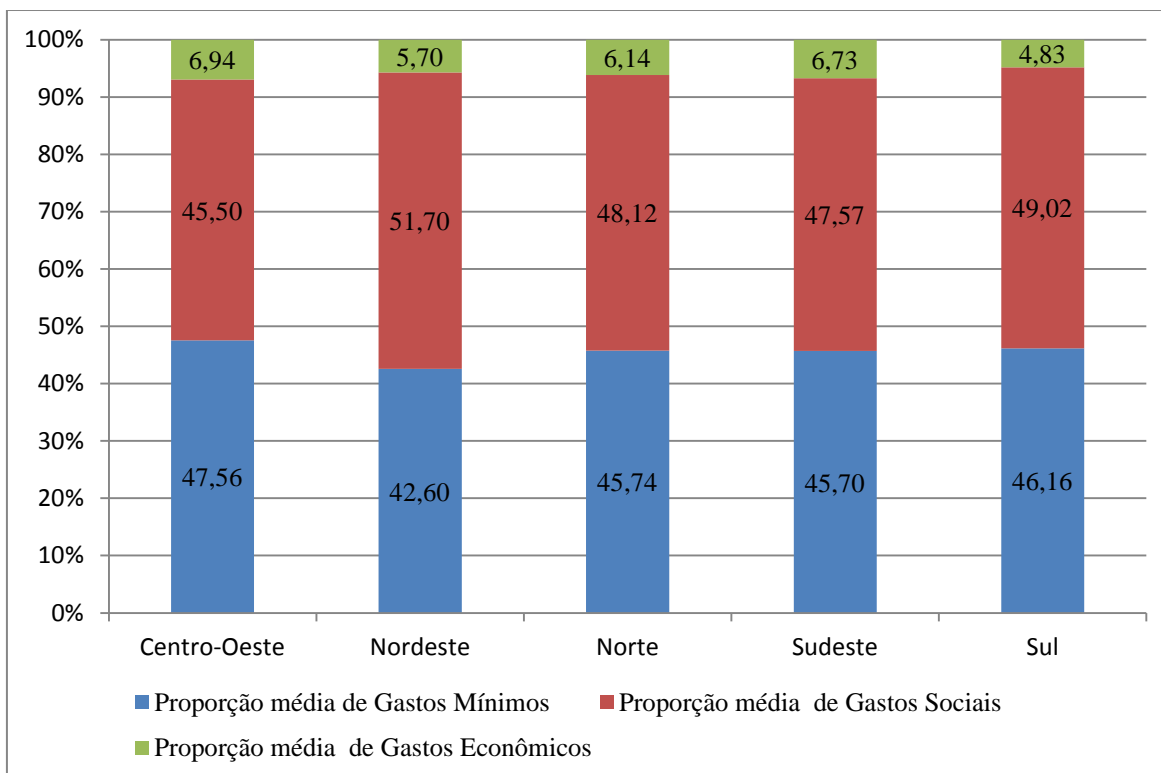
Elaboração do autor.

O Gráfico 1 ilustra as diferenças em relação às proporções de Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos nas grandes regiões.

Como mostra o Gráfico 1, em todas as regiões do Brasil (à exceção da região Centro-Oeste), os Gastos Sociais respondem por parcela dos gastos maior do que a parcela relativa aos Gastos Mínimos.

A região em que os governos estaduais alocam parcela proporcionalmente maior de suas despesas em Gastos Sociais é a região Nordeste (51,7%), seguida pela região Sul e pelo Norte, em que os Gastos Sociais representam, em média, 48,12% e 49,02%, respectivamente. Diferentemente das demais regiões do país (inclusive o Centro-Oeste), a região Sul é a única na qual a maioria dos estados teve proporção de Gastos Mínimos superior

Gráfico 1 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Grandes Regiões - 2015



Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

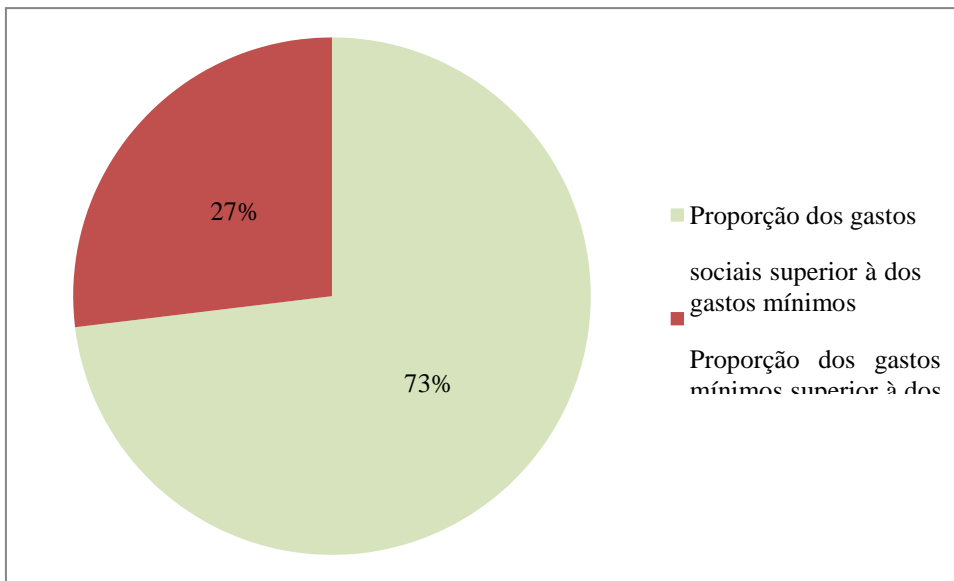
Elaboração do autor.

à proporção dos Gastos Sociais. A razão pela qual a região Sul é a segunda em relação à alocação dos gastos em Gastos Sociais está associada, em grande medida, a dois fatores principais: o número reduzido de estados componentes da região (apenas 3 estados) e a elevada participação dos Gastos Sociais no conjunto das despesas do estado de Santa Catarina (53,51%, conforme mostrado na Tabela 1). Efetivamente, levando-se em consideração o perfil da distribuição de gastos dos três estados da região Sul, verifica-se que no estado de Santa Catarina, esse perfil diverge daquele observado em seus vizinhos da mesma região, qual seja o de uma preferência dos Gastos Mínimos pelos Gastos Sociais.

Do mesmo modo, analisando-se os resultados da alocação dos gastos no Centro-Oeste - outra região com um número reduzido de estados -, percebe-se que o perfil do estado do Mato Grosso do Sul é bastante díspar daquele dos outros estados da região. Enquanto, nesse estado, a proporção dos Gastos Mínimos foi de 54,16%, em Goiás e no Mato Grosso, as proporções relativas a essa categoria de gastos foram de, respectivamente, 46,03% e 42,49% (tab. 1). Isso explica ter sido o Centro-Oeste a única região na qual a proporção dos Gastos Mínimos (47,56%) superou a proporção dos Gastos Sociais (45,5%).

De modo geral, conforme ilustrado no Gráfico 2, verificou-se que em 73% dos estados (19 estados) a participação dos Gastos Sociais se mostrou superior à participação dos Gastos Mínimos no total de suas despesas. Somente em 7 estados - o que corresponde a 27% do total de estados pesquisados -, a proporção de Gastos Mínimos foi superior à proporção de Gastos Sociais no ano de 2015.

Gráfico 2 - Participação Percentual do Número de Estados que Apresentaram Gastos Sociais Proporcionalmente Superiores e Inferiores aos Gastos Mínimos - Estados Brasileiros - 2015



Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Essa constatação, contudo, deve ser analisada com cautela visto que, em alguns estados - Amapá, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo -, a diferença entre as proporções de Gastos Mínimos e de Gastos Sociais foi muito pequena. Conforme os dados da Tabela 1, a diferença entre as proporções de Gastos Mínimos e de Gastos Sociais nesses estados foi de, respectivamente, 0,19%, 0,24%, 0,98%, 2,48% e 2,84%. Para esses estados, seria mais apropriado, portanto, se referir a uma preferência conjunta por Gastos Mínimos e Gastos Sociais. Tendo em vista que essa ocorrência, no entanto, foi verificada em um número restrito de estados, o perfil de preferência dos governos estaduais por Gastos Sociais sobre os Gastos Mínimos pode ser entendido, de modo geral, como o mais freqüente nos estados brasileiros no exercício de 2015.

Em suma, esta pesquisa identificou, em relação ao perfil da alocação dos gastos dos governos estaduais no exercício de 2015, que os Gastos Sociais e os Gastos Mínimos (isto é, gastos em áreas tidas como de domínio exclusivo do Estado) correspondem a uma parcela substancial das despesas dos estados brasileiros. Os resultados do estudo apontam, também, que, em todos os estados, os Gastos Econômicos tiveram uma participação limitada, não chegando a superar, de um modo geral, os 10% das despesas estaduais.

Na grande maioria dos estados, os Gastos Sociais responderam pela maior parte da alocação dos gastos. Isso é especialmente verificado nas regiões Nordeste e Norte. Esse predomínio de estados nas regiões Norte e Nordeste com elevado volume relativo de Gastos Sociais pode estar, de algum modo, relacionado ao menor Índice de Desenvolvimento Humano que essas regiões apresentam (conforme revela o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (FJP, IPEA & PNUD, 2016)) ou ao que Flávio Rezende asseverou sobre uma tradição em termos políticos de alguns estados menores. Nesses estados, os governos estaduais tendem a ofertar políticas públicas de corte social (as quais, em tese, deveriam ser ofertadas pelos governos dos municípios), o que decorreria da proximidade das elites locais com as elites estaduais (1997, p. 434-435). É possível, no entanto, que ambas as hipóteses expliquem somente de forma parcial tal ocorrência, uma vez que pode ser verificado que alguns estados de elevado Índice de Desenvolvimento Humano (é o caso de Santa Catarina) ou que dispõem de um grande orçamento (como é o caso do estado de São Paulo) apresentaram perfil de alocação dos gastos semelhante ao de estados do Nordeste e do Norte. Enfim, somente pesquisas posteriores poderão lançar maior luz sobre esse fenômeno.

#### **4.2 A trajetória da alocação dos gastos dos governos estaduais no período 2006-2015**

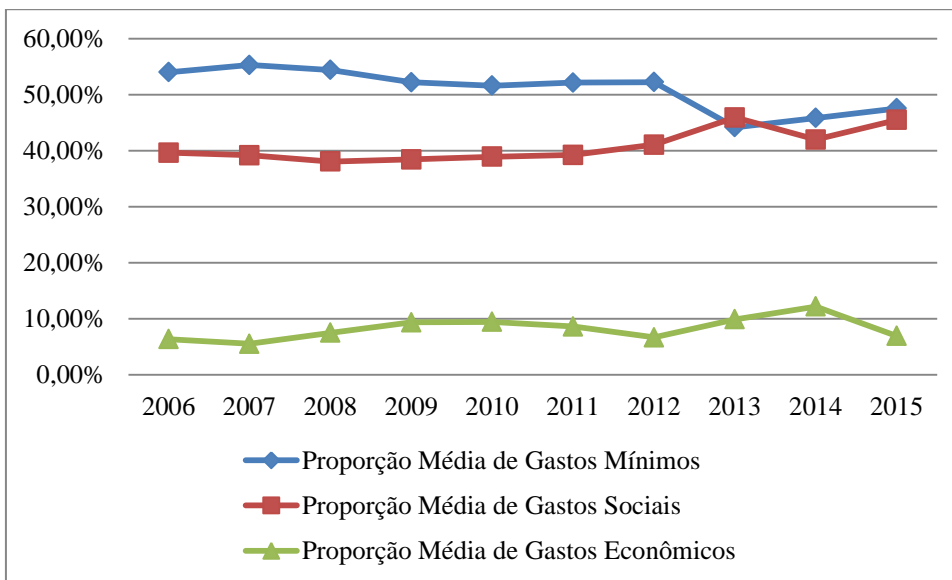
Em consonância com o segundo objetivo específico deste trabalho, faz-se, nesta seção, uma síntese dos principais aspectos identificados em relação à trajetória da alocação dos gastos dos estados no período 2006-2015. Busca-se constatar tendências, identificar similaridades e diferenças nessa trajetória de alocação dos gastos dos estados entre as cinco regiões do Brasil.

O primeiro ponto que emerge da pesquisa foi a constatação de crescimento da participação dos Gastos Sociais no conjunto das despesas dos estados, resultado esse observado no caso das cinco regiões do país.

Como ilustram os Gráficos 3 e 4, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, esse crescimento dos Gastos Sociais resultou na mudança no perfil das preferências alocativas em direção a um cenário de predomínio conjunto dos Gastos do tipo Sociais e dos Gastos Mínimos.

Na região Centro-Oeste, a proporção média dos Gastos Mínimos foi, em 2006, de, aproximadamente, 54%. Nesse mesmo ano, a proporção média dos Gastos Sociais apurada foi de 39,62%. Em 2015, as proporções médias de Gastos Mínimos e de Gastos Sociais corresponderam a, respectivamente, 47,56% e 45,5%, revelando uma preferência relativamente conjunta, nessa região, por Gastos Mínimos e por Gastos Sociais.

Gráfico 3 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Centro-Oeste - 2006-2015 (%)

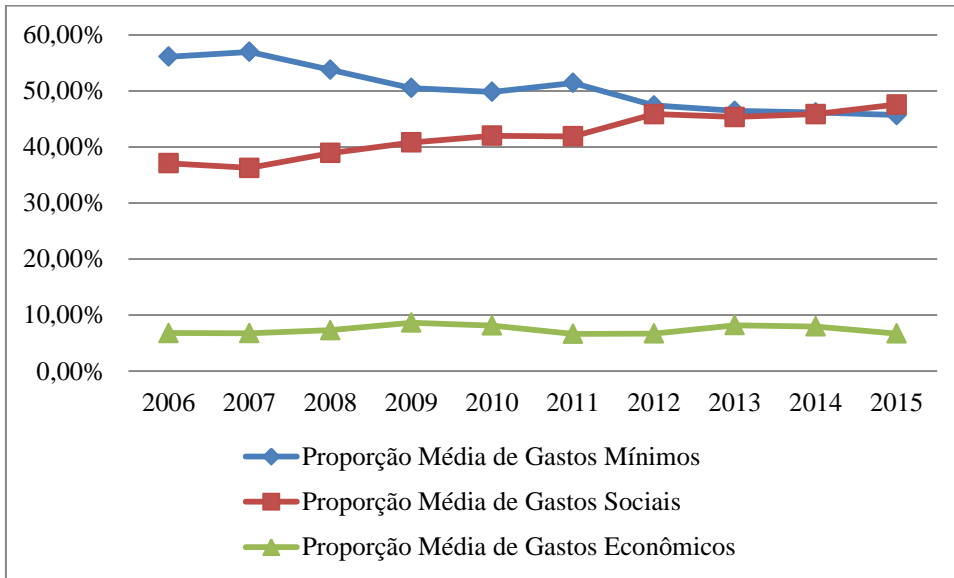


Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

No Sudeste, as proporções médias de Gastos Mínimos e de Gastos Sociais, em 2006, corresponderam a, respectivamente, 56,12% e 37,09%. Em 2015, a situação se altera de maneira significativa. Nesse ano, a proporção média dos Gastos Mínimos foi de 45,7% e a proporção média dos Gastos Sociais, de 47,57%. Esses dados ilustram o relevante crescimento da participação dos Gastos Sociais na região Sudeste entre 2006 e 2015.

Gráfico 4 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Sudeste - 2006-2015 (%)



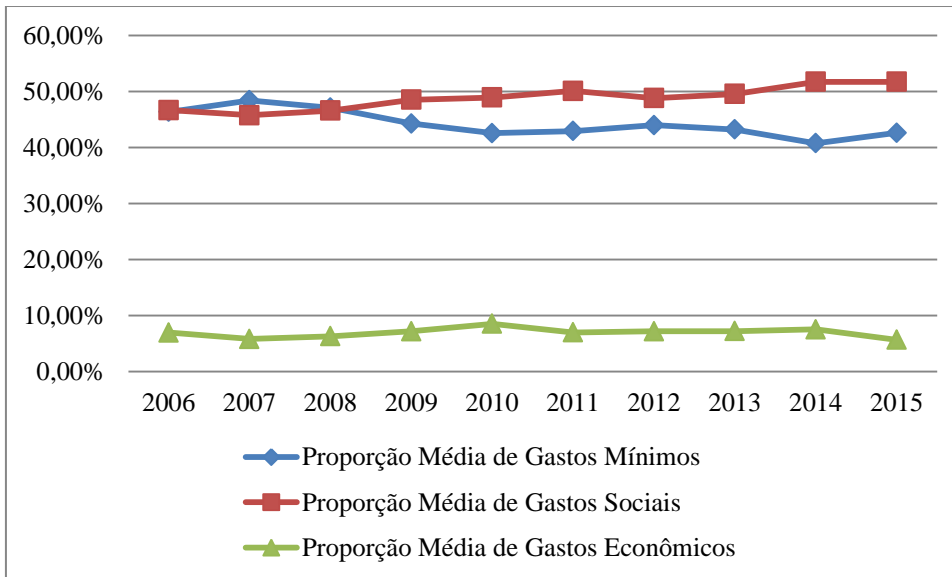
Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Nas regiões Nordeste e Sul, conforme mostrado nos Gráficos 5 e 6, a expansão dos Gastos Sociais no conjunto das despesas dos estados teve como consequência a passagem de um perfil de predomínio conjunto de Gastos Sociais e Gastos Mínimos para um contorno ordenado das preferências alocativas, com preponderância dos Gastos Sociais.

No Nordeste, as proporções médias de Gastos Mínimos e de Gastos Sociais apresentaram valores análogos em 2006, correspondendo a, respectivamente, 46,36% e 46,66%. Em 2015, essas proporções foram de, respectivamente, de 42,6% e de 51,7%, evidenciando uma modificação no perfil da alocação dos gastos dos governos estaduais, na região, em direção à preferência por Gastos Sociais.

Gráfico 5 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Nordeste - 2006-2015 (%)



Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

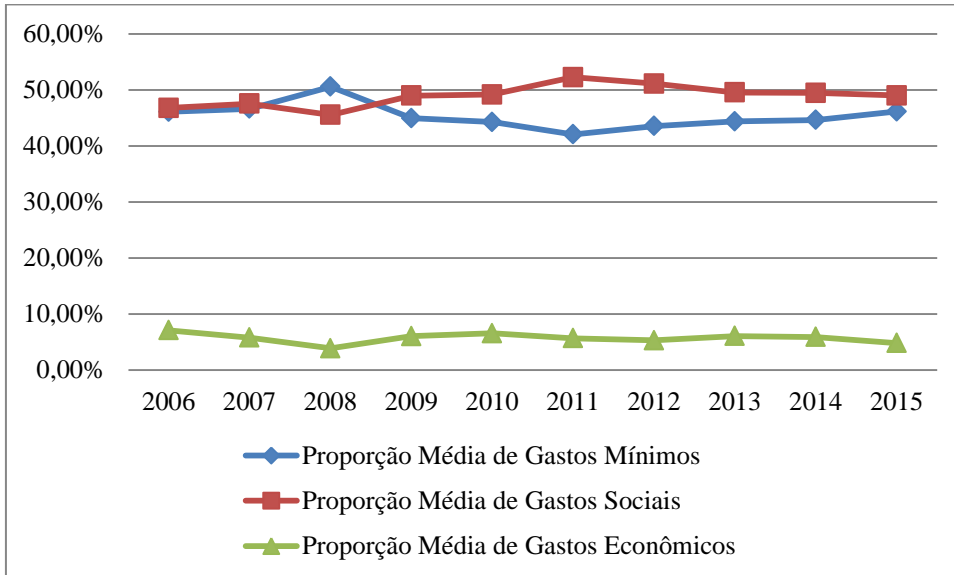
Elaboração do autor.

No Sul, observou-se, em 2006, um perfil de alocação de gastos de predominância conjunto das categorias Gastos Mínimos e Gastos Sociais. Enquanto a proporção média relativa à primeira categoria foi de 46,10%, a proporção de Gastos Sociais verificada foi de 46,77%. Em 2015, esse perfil de alocação dos gastos se altera moderadamente, constatando-se uma proporção média de Gastos Mínimos de 46,16% e uma proporção média de Gastos Sociais de, aproximadamente, 49%.

Nota-se, entretanto, que, enquanto, na região Nordeste, é contínuo o crescimento da proporção dos Gastos Sociais, na região Sul, esse crescimento é substituído, a partir do exercício de 2012, por um crescimento dos Gastos Mínimos aliado a uma ligeira redução na proporção dos Gastos Sociais.

Esse movimento pode ser identificado como tendência à minimalização, na medida em que o crescimento da categoria Gastos Mínimos ocorre associado à manutenção ou mesmo à diminuição da proporção de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos. Ainda assim, os resultados deste estudo revelam que, no último ano da série, 2015, a participação dos Gastos Sociais foi superior à participação dos Gastos Mínimos na região Sul, conforme ilustrado nos Gráficos 5 e 6.

Gráfico 6 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Sul - 2006-2015 (%)

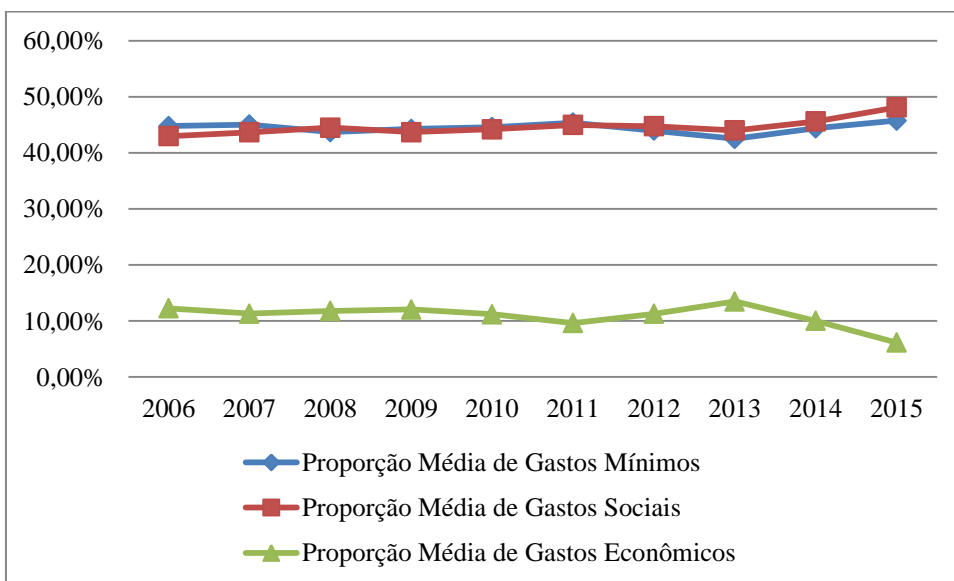


Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

No que diz respeito à trajetória das preferências alocativas na região Norte, os resultados indicam que a variação na proporção dos Gastos Sociais permaneceu, singularmente, atrelada à variação dos Gastos Mínimos, como ilustra o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Norte - 2006-2015 (%)



Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

De fato, a maior diferença entre as proporções médias de Gastos Sociais e de Gastos Mínimos na região Norte, ao longo de todo o período 2006-2015, foi de 2,38%. Contudo, a proporção dos Gastos Sociais, a partir do exercício de 2012, passou a superar, ainda que levemente, a proporção dos Gastos Mínimos, como mostra o Gráfico 7.

Esse movimento de expansão da participação dos Gastos Sociais, na grande maioria dos estados em que ocorreu, se deu em paralelo com a manutenção (e, em alguns casos da queda) da proporção de Gastos Mínimos e a manutenção de relativa estabilidade nos Gastos Econômicos.

Na região Centro-Oeste, esse movimento foi observado somente no estado do Mato Grosso. Em Goiás, o crescimento, em termos proporcionais, dos Gastos Sociais se deu em paralelo com o crescimento da participação dos Gastos Econômicos. No Mato Grosso do Sul, verificou-se que as proporções das categorias de gastos, em 2015, tiveram valor bastante semelhante àquele de 2006.

Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, esse movimento foi observado em todos os estados, à exceção do Ceará, Rio de Janeiro (em que o aumento da proporção dos Gastos Sociais foi acompanhado do crescimento da participação dos Gastos Econômicos) e Paraná.

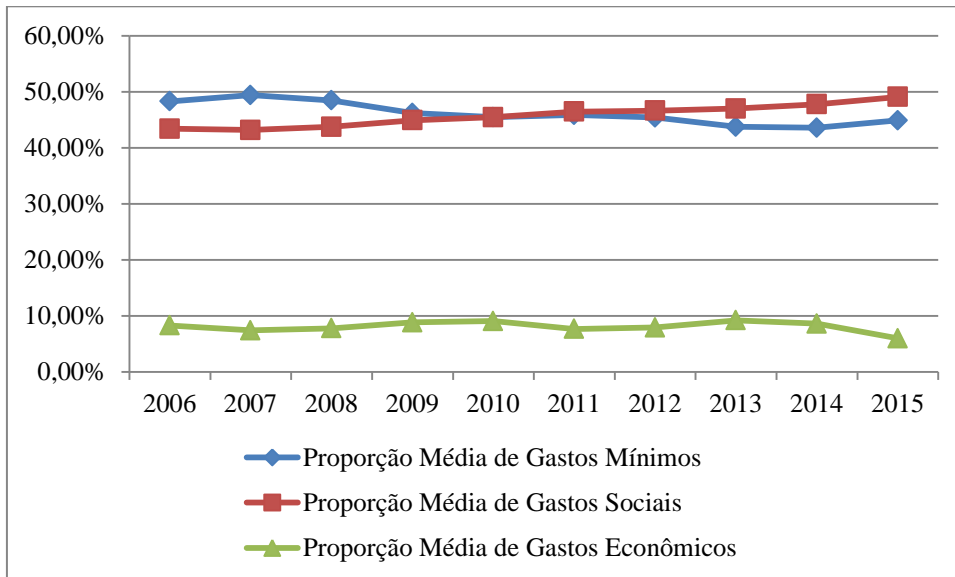
Finalmente no Norte, o crescimento, em termos proporcionais, dos Gastos Sociais aliado à manutenção (ou redução) das participações dos Gastos Mínimos e dos Gastos Econômicos se deu apenas no Amazonas, em Roraima e no estado de Rondônia. Nos estados do Acre, do Amapá e do Tocantins, esse movimento ocorreu em paralelo com o aumento, em termos proporcionais, dos Gastos Mínimos. No Pará, as participações das categorias de gastos se mantiveram relativamente constantes ao longo de todo o período 2006-2015.

A expansão da participação dos Gastos Mínimos em alguns estados da região Norte e o aumento da proporção dos Gastos Sociais em outros são os responsáveis, eminentemente, pelo crescimento atrelado das proporções médias de Gastos Sociais e de Gastos Mínimos na região Norte, conforme mostrado no gráfico 7.

Posto isso, pode-se apontar acerca de uma tendência relativamente sólida à socialização experimentada por boa parte dos estados do país. Essa tendência (observada em 17 estados, ou seja, cerca de dois terços dos 26 estados), em grande medida, explica a predominância dos Gastos Sociais no conjunto das despesas dos estados no exercício de 2015.

Essa tendência se encontra refletida na trajetória das médias nacionais das proporções de gastos mínimos, sociais e econômicos em relação ao total das despesas dos governos estaduais, como ilustra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Brasil - 2006-2015 (%)



Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Em relação aos Gastos Econômicos, os resultados apontam que, ao longo de todo o período 2006-2015, a proporção dessa categoria de gastos permaneceu inferior a 15% em todas as cinco regiões do Brasil, conforme mostrado pelos Gráficos 3 a 8. Em se tratando desse tipo de gastos, a variação mais notável foi a ocorrida na região Norte, na qual a participação dos Gastos Econômicos sofreu sensível redução nos dois últimos anos considerados.

No tocante à trajetória da alocação dos gastos dos estados no período 2006-2015, pelo menos dois pontos principais merecem ser destacados como resultados importantes do trabalho.

Primeiramente, nos dois últimos anos da série, 2014 e 2015, identificou-se elevação apreciável da participação dos Gastos Mínimos em todas as regiões no país, à exceção da região Sudeste. Enquanto, nas regiões Centro-Oeste e Norte, esse crescimento teve início no exercício de 2014, nas regiões Sul e Nordeste, esse movimento foi observado no

exercício de 2015, o que, também, pode ser verificado nos dados agregados para o conjunto dos estados do país, como ilustrado no Gráfico 8.

Esse fenômeno se distingue, essencialmente, do que se observou nos anos anteriores, quando o crescimento dos Gastos Mínimos, em geral, foram pouco expressivos, não durando mais do que um exercício. Nos casos em que se processou de forma mais intensa ou indicando uma mudança de prazo mais longo, esse movimento consistiu em um retorno dos gastos mínimos a níveis de exercícios anteriores. A única exceção, aqui, é o estado do Ceará, que experimentou expansão substancial dos Gastos Mínimos, a qual, no entanto, não foi suficiente para que a proporção desses gastos superasse a proporção dos Gastos Sociais do estado.

É relevante notar que, de modo geral, os estados que apresentaram a maior proporção de alocação dos gastos em Gastos Mínimos no exercício de 2015 não mostraram variações significativas nas proporções das categorias de gastos no período 2006-2015. Ou seja, considerando todo o período entre 2006 e 2015, os resultados do estudo indicam que nenhum dos estados analisados experimentou mudança em suas preferências alocativas em direção a uma alocação dos gastos de predomínio dos Gastos Mínimos.

O segundo aspecto que merece atenção nessa pesquisa diz respeito à trajetória das proporções dos Gastos Econômicos. Identificou-se que essa proporção apresentou dois "picos" perceptíveis: em 2009 e 2010, o outro, mais expressivo, nos exercícios de 2013 e 2014. Embora não registrado para alguns estados (como Amazonas, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro), esses "picos" são bastante evidentes na grande maioria dos estados, seja em um só dos intervalos ou nos dois. Uma hipótese para a ocorrência desses "picos" é a de que eles poderiam estar relacionados a um incremento dos Gastos Econômicos nos últimos anos de mandato dos governadores estaduais, dada a coincidência do aparecimento dos "picos" nesses anos.

Em resumo, a pesquisa realizada possibilitou a identificação da trajetória da alocação de gastos dos estados em seus aspectos mais medulares, quais sejam: uma tendência à socialização em cerca de dois terços dos estados do país, a consolidação de patamar de Gastos Econômico em um nível inferior a 15% do total dos gastos dos estados e a existência de significativas semelhanças intra e inter-regionais no que diz respeito à trajetória da alocação dos gastos.

Em relação ao primeiro aspecto, a conclusão é a de que um número elevado de estados do país, em todas as regiões, apresentou expansão considerável dos Gastos Sociais em algum momento no período 2006-2015. Conquanto expressivo, esse movimento é um fenômeno relativamente recente, não se podendo afirmar que o tipo de preferência alocativa por Gastos sociais sobre os Gastos Mínimos seja uma referência futura para a alocação dos gastos dos estados do país. Isso é particularmente verdadeiro considerando que os Gastos Mínimos continuam constituindo uma parcela importante no conjunto das despesas de todos os estados (variando entre cerca de um terço e metade dessas despesas). Além disso, colabora com essa perspectiva o fenômeno de crescimento da participação média dos Gastos Mínimos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul nos dois últimos exercícios.

No que concerne aos Gastos Econômicos, somente em três dos vinte e seis estados analisados - Acre, Tocantins e Roraima (todos da região Norte do país) -, a participação desse tipo de gastos chegou a superar, de maneira significativa, os 15% do total dos gastos no período 2006-2015. Mesmo nesses, todavia, essa participação foi comprimida ao longo do intervalo 2006-2015, passando a se assemelhar à dos demais estados do país.

Por fim, quanto às semelhanças inter-regionais, os resultados indicam semelhanças entre as trajetórias das regiões Centro-Oeste e Sudeste e das regiões Nordeste e Sul, sendo a exceção mais distinta o percurso da alocação dos gastos na região Norte. Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, passou-se de um perfil de preferência por Gastos Sociais em 2006 para um perfil de predomínio conjunto dos Gastos Sociais e dos Gastos Mínimos em 2015. No Nordeste e no Sul, verificou-se que, de uma preferência por Gastos Mínimos e Gastos Sociais, passou-se a uma alocação de gastos com predomínio dos Gastos Sociais em 2015. Na região Norte, observou-se que a proporção média dos Gastos Sociais apresentou um crescimento atrelado à proporção média dos Gastos Mínimos no período 2006-2015, tendo sido a proporção média dos Gastos Sociais ligeiramente superior à dos Gastos Mínimos no último ano do período.

No que tange às semelhanças intra-regionais, constatou-se que, apesar das diferenças na trajetória da alocação dos gastos entre estados da mesma região, de forma geral, houve certo alinhamento das variações das proporções das categorias de gastos em todas as regiões do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivos específicos: a) identificar o perfil, no exercício de 2015, da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões do país e nos estados que as compõem, considerando-se as categorias de Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos, evidenciando-se eventuais similaridades e diferenças entre eles; e b) analisar a trajetória da alocação dos gastos dos governos estaduais nas grandes regiões e nos estados que as integram no período 2006-2015, considerando-se as categorias Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos, salientando-se tendências, similaridades e diferenças nessas trajetórias.

Em relação ao perfil, no exercício de 2015, da alocação de gastos dos governos estaduais, os resultados apontaram, pelo menos, três aspectos principais. Primeiramente, verificou-se que os Gastos Mínimos (isto é, gastos em áreas tidas como de domínio exclusivo do Estado) e os Gastos Sociais responderam, no ano de 2015, por uma fração significativa do total das despesas em todos os estados brasileiros, apresentando uma proporção média de, respectivamente, 44,9% e 49,08% das despesas dos governos estaduais. Segundo, os Gastos Econômicos, em geral, representaram uma parcela inferior a 10% das despesas dos governos estaduais, o que revela que os governos estaduais no Brasil destinaram, em 2015, percentual relativamente limitado de seus gastos "a atividades econômicas nas quais, tecnicamente, o governo não teria necessidade de se envolver" (REZENDE, 1997, p. 416). Finalmente, apurou-se que, na grande maioria dos governos estaduais brasileiros (73% dos estados), os Gastos Sociais corresponderam à categoria de preferência em termos de alocação de gastos. Isso foi particularmente verdadeiro para os governos estaduais nas regiões Nordeste e Norte.

Quanto à trajetória da alocação de gastos no período 2006-2015, a pesquisa realizada identificou a ocorrência, em boa parte dos estados, de um crescimento expressivo da participação dos Gastos Sociais no conjunto de suas despesas. Esse movimento foi verificado em todas as regiões do país, à exceção da região Norte, na qual, de um modo geral, observou-se uma relativa manutenção nas participações das categorias de gastos. A expansão dos Gastos Sociais em relação às outras categorias de gastos ao longo dessa década é, em grande medida, a responsável pela predominância dos Gastos Sociais no conjunto das despesas dos estados no exercício de 2015.

Não obstante esse crescimento dos Gastos Sociais, os Gastos Mínimos ainda constituem uma parcela significativa dos gastos dos governos estaduais brasileiros. Para além disso, verificou-se um fenômeno de crescimento da participação dos Gastos Mínimos nos dois últimos exercícios do período considerado, ainda que de menor intensidade e restrito a alguns estados. Essa ocorrência difere, particularmente, do que se verificou nos anos anteriores dentro do período 2006-2015, nos quais não houve, em nenhum dos estados analisados, uma mudança de grande expressão em direção a um perfil de predomínio dos Gastos Mínimos.

Em relação aos Gastos Econômicos, constatou-se que, ao longo de todo o período 2006-2015, a sua participação no total das despesas permaneceu extremamente baixa, reduzindo-se substancialmente nos estados em que ela se mostrava substancialmente superior a 15% das despesas.

A despeito dessas constatações, reconhece-se que a pesquisa realizada apresenta limitações, associadas, sobretudo, ao tratamento dos dados de forma agregada. Além disso, a identificação da distribuição dos gastos dos estados em diferentes áreas de políticas públicas não leva em consideração alguns pontos importantes ligados às próprias políticas públicas e às finanças estaduais, como a qualidade desses gastos (a pesquisa realizada teve como enfoque somente o aspecto quantitativo dos gastos públicos), a influência de fatores conjunturais e estruturais pelo lado da receita sobre o conjunto das despesas públicas dos estados, dentre outros.

Sobre esses e outros aspectos, o trabalho realizado serve de ensejo a possíveis pesquisas futuras no que tange às seguintes questões: quais razões poderiam justificar os perfis e trajetórias recentes da alocação dos gastos dos estados? Qual é o perfil e a trajetória recentes da alocação dos gastos dos governos municipais e da União? Qual é a razão dos pequenos "picos" na trajetória da proporção dos gastos econômicos em relação ao total das despesas em alguns estados? Qual tem sido o efeito da recente distribuição de gastos dos estados sobre suas economias e sobre suas populações?

Além dessas, considerando as variações nas trajetórias da alocação dos gastos verificadas nesta pesquisa, outra questão relevante para pesquisas futuras corresponde à investigação da alocação dos gastos dos governos estaduais relativamente aos próximos exercícios. Conforme exposto por Fernando Rezende, no último século, o papel do Estado na economia e na sociedade foi influenciado significativamente por fatores como a evolução dos princípios teóricos, as transformações nas preferências da coletividade e a trajetória do

crescimento econômico (2012, p. 17-18). A influência desses e de outros fatores sobre o papel do Estado demanda, portanto, um acompanhamento contínuo da alocação dos gastos governamentais, para que se possa apreender devidamente o papel que vem sendo empenhado pelo Estado na economia e nas sociedades.

## 6 REFERÊNCIAS

- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à Ciência das Finanças**. 18. ed. rev. e atual. por Hugo de Brito Machado Segundo. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 Mar. 1964.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 42. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 71, 15 abr. 1999. Seção 1, p.1.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO**. Edição 2016. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Glossário**. 2016a. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>>. Acesso em 11 Nov. 2016
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. **Finanças do Brasil (FINBRA) – Dados Contábeis Municipais**. 2016b. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf). Acesso em 11 Nov. 2016.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA), PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 11 Nov. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)>. Acesso em: 11 Nov. 2016.
- CAVALCANTE, Pedro. Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão de literatura. **Rev. Adm. Pública**[online]. 2011, vol.45, n.6, pp.1781-1804. ISSN 0034-7612. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000600008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000600008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 11 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000600008>.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 2009.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. Apresentação. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). **Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_governos\\_estaduais.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governos_estaduais.pdf)>. Acesso em: 11 Nov. 2016.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Os Leviatãs Estão Fora de Lugar. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 191-211, 1996.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil: (1980-1994). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 413-440, 1997.

REZENDE, Flávio da Cunha. Gastos públicos e mudanças recentes no papel do Estado Nacional: uma análise comparada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 62, p. 123-140, mar. 2002.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed., 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Classifications of Expenditure According to Purpose**: Classification of the Functions of Government (COFOG); Classification of Individual Consumption According to Purpose (COICOP); Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households (COPNI); Classification of the Outlays of Producers According to Purpose (COPP). Statistical Papers, Series M, N. 84, United Nations Publication, Sales No. E.00.XVII.6 Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM\\_84E.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_84E.pdf)>. Acesso em: 10 Nov. 2016.

## ANEXO A - Funções e subfunções de governo

Anexo da Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999, publicada no DOU de 15 de abril de 1999.

[Sumário]		
FUNCIONAL	1ª e 2ª DÍGITOS	3ª, 4ª e 5ª DÍGITOS
	Função	Subfunção
FUNÇÃO		SUBFUNÇÃO
<b>01 - Legislativa</b>		031 - Ação Legislativa
		032 - Controle Externo
<b>02 - Judiciária</b>		061 - Ação Judiciária
		062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
<b>03 - Essencial à Justiça</b>		091 - Defesa da Ordem Jurídica
		092 - Representação Judicial e Extrajudicial
<b>04 - Administração</b>		121 - Planejamento e Orçamento
		122 - Administração Geral
		123 - Administração Financeira
		124 - Controle Interno
		125 - Normatização e Fiscalização
		126 - Tecnologia da Informação
		127 - Ordenamento Territorial
		128 - Formação de Recursos Humanos
		129 - Administração de Receitas
		130 - Administração de Concessões
		131 - Comunicação Social
<b>05 - Defesa Nacional</b>		151 - Defesa Aérea
		152 - Defesa Naval
		153 - Defesa Terrestre

[Sumário]		
FUNCIONAL	1º e 2º DÍGITOS	3º, 4º e 5º DÍGITOS
	Função	Subfunção
FUNÇÃO		SUBFUNÇÃO
<b>06 - Segurança Pública</b>		181 - Policiamento
		182 - Defesa Civil
		183 - Informação e Inteligência
<b>07 - Relações Exteriores</b>		211 - Relações Diplomáticas
		212 - Cooperação Internacional
<b>08 - Assistência Social</b>		241 - Assistência ao Idoso
		242 - Assistência ao Portador de Deficiência
		243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
		244 - Assistência Comunitária
<b>09 - Previdência Social</b>		271 - Previdência Básica
		272 - Previdência do Regime Estatutário
		273 - Previdência Complementar
		274 - Previdência Especial
<b>10 - Saúde</b>		301 - Atenção Básica
		302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		303 - Suporte Profilático e Terapêutico
		304 - Vigilância Sanitária
		305 - Vigilância Epidemiológica
		306 - Alimentação e Nutrição
<b>11 - Trabalho</b>		331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
		332 - Relações de Trabalho
		333 - Empregabilidade
		334 - Fomento ao Trabalho

[Sumário]		
FUNCIONAL	1º e 2º DÍGITOS	3º, 4º e 5º DÍGITOS
	Função	Subfunção
FUNÇÃO		SUBFUNÇÃO
<b>12 - Educação</b>		361 - Ensino Fundamental
		362 - Ensino Médio
		363 - Ensino Profissional
		364 - Ensino Superior
		365 - Educação Infantil
		366 - Educação de Jovens e Adultos
		367 - Educação Especial
		368 - Educação Básica (3) (I)
<b>13 - Cultura</b>		391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
		392 - Difusão Cultural
<b>14 - Direitos da Cidadania</b>		421 - Custódia e Reintegração Social
		422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
		423 - Assistência aos Povos Indígenas
<b>15 - Urbanismo</b>		451 - Infra-estrutura Urbana
		452 - Serviços Urbanos
		453 - Transportes Coletivos Urbanos
<b>16 - Habitação</b>		481 - Habitação Rural
		482 - Habitação Urbana
<b>17 - Saneamento</b>		511 - Saneamento Básico Rural
		512 - Saneamento Básico Urbano
<b>18 - Gestão Ambiental</b>		541 - Preservação e Conservação Ambiental
		542 - Controle Ambiental
		543 - Recuperação de Áreas Degradadas
		544 - Recursos Hídricos
		545 - Meteorologia
<b>19 - Ciência e Tecnologia</b>		571 - Desenvolvimento Científico
		572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
		573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico

[Sumário]		
FUNCIONAL	1º e 2º DÍGITOS	3º, 4º e 5º DÍGITOS
	Função	Subfunção
FUNÇÃO		SUBFUNÇÃO
<b>20 - Agricultura</b>		<del>601 - Promoção da Produção Vegetal-(4) (E)</del>
		<del>602 - Promoção da Produção Animal-(4) (E)</del>
		<del>603 - Defesa Sanitária Vegetal-(4) (E)</del>
		<del>604 - Defesa Sanitária Animal-(4) (E)</del>
		605 - Abastecimento
		606 - Extensão Rural
		607 - Irrigação
		608 - Promoção da Produção Agropecuária (4) (I)
		609 - Defesa Agropecuária (4)(I)
<b>21 - Organização Agrária</b>		631 - Reforma Agrária
		632 - Colonização
<b>22 - Indústria</b>		661 - Promoção Industrial
		662 - Produção Industrial
		663 - Mineração
		664 - Propriedade Industrial
		665 - Normalização e Qualidade
<b>23 - Comércio e Serviços</b>		691 - Promoção Comercial
		692 - Comercialização
		693 - Comércio Exterior
		694 - Serviços Financeiros
		695 - Turismo
<b>24 - Comunicações</b>		721 - Comunicações Postais
		722 - Telecomunicações
<b>25 - Energia</b>		751 - Conservação de Energia
		752 - Energia Elétrica
		753 - Combustíveis Minerais (2) (A)
		754 - Biocombustíveis (2) (A)

FUNCIONAL	1ª e 2ª DÍGITOS	3ª, 4ª e 5ª DÍGITOS
	Função	Subfunção
FUNÇÃO		SUBFUNÇÃO
<b>26 - Transporte</b>		781 - Transporte Aéreo
		782 - Transporte Rodoviário
		783 - Transporte Ferroviário
		784 - Transporte Hidroviário
		785 - Transportes Especiais
<b>27 - Desporto e Lazer</b>		811 - Desporto de Rendimento
		812 - Desporto Comunitário
		813 - Lazer
<b>28 - Encargos Especiais</b>		841 - Refinanciamento da Dívida Interna
		842 - Refinanciamento da Dívida Externa
		843 - Serviço da Dívida Interna
		844 - Serviço da Dívida Externa
		845 - Outras Transferências (I) (A)
		846 - Outros Encargos Especiais
		847 - Transferências para a Educação Básica (1) (I)

(\*) Inclusões (I), Exclusões (E) ou Alterações (A)

(I) Portaria SOF no 37, de 16 de agosto de 2007 (DOU de 17/08/2007);

(II) Portaria SOF no 41, de 18 de agosto de 2008 (DOU de 19/08/2008);

(III) Portaria SOF no 54, de 4 de julho de 2011 (DOU de 05/07/2011); (4) Portaria SOF no 67, de 20.07.2012 (DOU de 23/07/2012).

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal.

## ANEXO B - Alocação dos gastos dos governos estaduais - Grandes regiões e estados

### Brasil

Tabela 1 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Brasil - 2006-2015 (%)

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção Média de Gastos Mínimos	48,28%	49,41%	48,45%	46,22%	45,45%	45,86%	45,40%	43,76%	43,59%	44,90%
Proporção Média de Gastos Sociais	43,39%	43,17%	43,74%	44,92%	45,47%	46,45%	46,63%	47,00%	47,79%	49,08%
Proporção Média de Gastos Econômicos	8,32%	7,42%	7,81%	8,86%	9,08%	7,69%	7,96%	9,24%	8,62%	6,02%

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

### Região Centro-Oeste

Tabela 2 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Centro-Oeste - 2006-2015 (%)

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção Média de Gastos Mínimos	53,99%	55,27%	54,39%	52,19%	51,60%	52,13%	52,24%	44,17%	45,83%	47,56%
Proporção Média de Gastos Sociais	39,62%	39,18%	38,08%	38,43%	38,93%	39,24%	41,07%	45,91%	41,98%	45,50%
Proporção Média de Gastos Econômicos	6,39%	5,55%	7,53%	9,38%	9,47%	8,63%	6,70%	9,92%	12,19%	6,94%

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Região Nordeste

Tabela 3 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Nordeste - 2006-2015 (%)

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção Média de Gastos Mínimos	46,36%	48,41%	47,09%	44,26%	42,54%	42,92%	43,99%	43,22%	40,75%	42,60%
Proporção Média de Gastos Sociais	46,66%	45,74%	46,59%	48,53%	48,93%	50,08%	48,80%	49,56%	51,71%	51,70%
Proporção Média de Gastos Econômicos	6,98%	5,85%	6,32%	7,21%	8,53%	7,01%	7,21%	7,22%	7,53%	5,70%

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Região Norte

Tabela 4 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Norte - 2006-2015 (%)

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção Média de Gastos Mínimos	44,77%	45,04%	43,70%	44,25%	44,57%	45,38%	43,94%	42,50%	44,37%	45,74%
Proporção Média de Gastos Sociais	42,97%	43,65%	44,49%	43,68%	44,22%	44,99%	44,76%	44,02%	45,61%	48,12%
Proporção Média de Gastos Econômicos	12,27%	11,31%	11,81%	12,07%	11,21%	9,63%	11,29%	13,48%	10,02%	6,14%

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Região Sudeste

Tabela 5 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Sudeste - 2006-2015 (%)

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção Média de Gastos Mínimos	56,12%	56,96%	53,77%	50,53%	49,84%	51,44%	47,40%	46,44%	46,15%	45,70%
Proporção Média de Gastos Sociais	37,09%	36,26%	38,91%	40,81%	42,01%	41,90%	45,86%	45,35%	45,87%	47,57%
Proporção Média de Gastos Econômicos	6,79%	6,78%	7,32%	8,66%	8,15%	6,66%	6,73%	8,21%	7,98%	6,73%

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Região Sul

Tabela 6 - Proporção Média de Gastos Mínimos, de Gastos Sociais e de Gastos Econômicos - Região Sul - 2006-2015 (%)

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção Média de Gastos Mínimos	46,10%	46,64%	50,57%	44,96%	44,27%	42,06%	43,56%	44,36%	44,63%	46,16%
Proporção Média de Gastos Sociais	46,77%	47,55%	45,54%	48,97%	49,16%	52,26%	51,11%	49,55%	49,46%	49,02%
Proporção Média de Gastos Econômicos	7,13%	5,81%	3,89%	6,07%	6,57%	5,68%	5,33%	6,08%	5,91%	4,83%

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Acre

Tabela 7 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Acre - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	776.158.495,55	868.894.333,91	1.065.665.178,50	1.284.581.098,02	1.341.556.703,63	1.318.590.210,35
Gastos Sociais - Gs	989.017.337,65	969.105.608,71	1.258.138.794,54	1.540.941.854,27	1.819.122.628,32	1.766.669.882,71
Gastos Econômicos - Ge	374.612.994,31	365.359.169,93	418.379.373,73	693.562.485,17	666.669.847,00	558.920.920,85
Total das Despesas por Função	2.139.788.827,51	2.203.359.112,55	2.742.183.346,77	3.519.085.437,46	3.827.349.178,95	3.644.181.013,91

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	1.632.192.477,28	1.912.883.140,40	2.297.156.361,57	1.986.039.976,47
Gastos Sociais - Gs	2.271.791.237,78	2.392.396.996,90	2.740.318.164,77	2.610.342.422,52
Gastos Econômicos - Ge	565.965.000,95	599.587.044,36	458.865.795,62	305.070.924,98
Total das Despesas por Função	4.469.948.716,01	4.904.867.181,66	5.496.340.321,96	4.901.453.323,97

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 8 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Acre - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	36,27	39,43	38,86	36,50	35,05	36,18	36,51	39,00	41,79	40,52
Proporção dos gastos sociais	46,22	43,98	45,88	43,79	47,53	48,48	50,82	48,78	49,86	53,26
Proporção dos gastos econômicos	17,51	16,58	15,26	19,71	17,42	15,34	12,66	12,22	8,35	6,22

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Alagoas

Tabela 9 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Alagoas - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	1.839.535.558,42	2.095.548.301,36	2.393.058.043,29	2.706.775.801,03	2.976.051.595,70	3.214.810.003,88
Gastos Sociais - Gs	1.243.306.741,89	1.365.513.581,76	1.755.768.434,97	2.061.189.963,69	2.034.139.801,73	2.178.090.821,93
Gastos Econômicos - Ge	159.614.209,72	127.825.079,47	170.303.204,33	282.173.775,15	547.259.067,24	358.579.682,16
Total das Despesas por Função	3.242.456.510,03	3.588.886.962,59	4.319.129.682,59	5.050.139.539,87	5.557.450.464,67	5.751.480.507,97

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	3.536.303.217,27	3.860.927.330,54	4.117.022.017,55	4.233.524.709,43
Gastos Sociais - Gs	2.550.875.883,59	2.721.694.086,45	3.359.005.686,30	3.280.535.201,52
Gastos Econômicos - Ge	391.393.941,95	431.821.822,09	645.605.234,10	327.379.765,38
Total das Despesas por Função	6.478.573.042,81	7.014.443.239,08	8.121.632.937,95	7.841.439.676,33

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 10 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Alagoas - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	56,73	58,39	55,41	53,60	53,55	55,90	54,58	55,04	50,69	53,99
Proporção dos gastos sociais	38,34	38,05	40,65	40,81	36,60	37,87	39,37	38,80	41,36	41,84
Proporção dos gastos econômicos	4,92	3,56	3,94	5,59	9,85	6,23	6,04	6,16	7,95	4,17

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Amazonas

Tabela 11 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Amazonas - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	2.569.415.332,11	2.785.569.549,40	3.250.986.335,70	3.382.457.379,71	3.971.476.066,21	4.529.924.063,22
Gastos Sociais - Gs	2.732.466.799,56	3.112.929.440,53	4.147.642.467,17	4.861.516.659,70	5.301.135.878,39	5.546.340.477,58
Gastos Econômicos - Ge	446.329.572,56	406.469.982,08	385.417.634,18	442.996.024,84	478.074.701,17	540.550.604,96
Total das Despesas por Função	5.748.211.704,23	6.304.968.972,01	7.784.046.437,05	8.686.970.064,25	9.750.686.645,77	10.616.815.145,76

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	5.202.168.040,91	5.678.347.896,85	6.101.306.696,29	6.246.419.702,81
Gastos Sociais - Gs	6.044.584.401,09	7.799.052.471,01	8.297.346.674,33	7.313.959.473,87
Gastos Econômicos - Ge	609.051.550,13	747.191.701,49	781.777.115,06	452.123.350,17
Total das Despesas por Função	11.855.803.992,13	14.224.592.069,35	15.180.430.485,68	14.012.502.526,85

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 12 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Amazonas - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	44,70	44,18	41,76	38,94	40,73	42,67	43,88	39,92	40,19	44,58
Proporção dos gastos sociais	47,54	49,37	53,28	55,96	54,37	52,24	50,98	54,83	54,66	52,20
Proporção dos gastos econômicos	7,76	6,45	4,95	5,10	4,90	5,09	5,14	5,25	5,15	3,23

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Amapá

Tabela 13 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Amapá - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	769.858.178,61	810.810.562,53	948.702.281,30	1.087.358.296,00	1.237.251.979,85	1.289.885.443,57
Gastos Sociais - Gs	771.724.036,23	936.590.859,61	1.097.599.591,25	1.121.468.617,38	1.188.366.136,72	1.377.560.099,75
Gastos Econômicos - Ge	160.487.322,63	130.808.471,23	203.733.236,24	175.501.274,01	139.512.681,00	198.609.926,82
Total das Despesas por Função	1.702.069.537,47	1.878.209.893,37	2.250.035.108,79	2.384.328.187,39	2.565.130.797,57	2.866.055.470,14

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	1.501.905.565,97	1.914.806.387,40	1.901.687.970,20	1.937.858.789,64
Gastos Sociais - Gs	1.558.737.708,83	1.851.910.475,29	1.889.864.604,64	1.945.547.945,46
Gastos Econômicos - Ge	622.492.004,34	636.228.602,77	596.665.248,25	101.336.639,08
Total das Despesas por Função	3.683.135.279,14	4.402.945.465,46	4.388.217.823,09	3.984.743.374,18

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 14 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Amapá - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	45,23	43,17	42,16	45,60	48,23	45,01	40,78	43,49	43,34	48,63
Proporção dos gastos sociais	45,34	49,87	48,78	47,03	46,33	48,06	42,32	42,06	43,07	48,82
Proporção dos gastos econômicos	9,43	6,96	9,05	7,36	5,44	6,93	16,90	14,45	13,60	2,54

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Bahia

Tabela 15 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Bahia - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	7.648.627.451,75	8.325.003.017,83	9.540.266.109,70	9.866.747.453,89	10.000.121.750,16	11.791.569.662,09
Gastos Sociais - Gs	7.099.253.616,77	7.559.738.253,13	9.018.920.182,88	10.090.223.107,47	11.158.242.676,34	13.390.510.226,48
Gastos Econômicos - Ge	1.105.707.107,21	1.045.637.639,72	1.315.842.851,67	1.417.963.005,11	1.921.136.715,92	1.957.450.113,80
Total das Despesas por Função	15.853.588.175,73	16.930.378.910,68	19.875.029.144,25	21.374.933.566,47	23.079.501.142,42	27.139.530.002,37

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	13.081.247.584,78	14.359.461.987,96	14.498.527.977,38	16.247.351.387,87
Gastos Sociais - Gs	15.236.029.210,72	15.589.569.352,01	17.282.347.431,51	18.743.446.414,14
Gastos Econômicos - Ge	2.062.900.113,06	1.970.700.563,25	2.127.131.817,60	1.562.940.277,36
Total das Despesas por Função	30.380.176.908,56	31.919.731.903,22	33.908.007.226,49	36.553.738.079,37

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 16 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Bahia - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	48,25	49,17	48,00	46,16	43,33	43,45	43,06	44,99	42,76	44,45
Proporção dos gastos sociais	44,78	44,65	45,38	47,21	48,35	49,34	50,15	48,84	50,97	51,28
Proporção dos gastos econômicos	6,97	6,18	6,62	6,63	8,32	7,21	6,79	6,17	6,27	4,28

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Ceará

Tabela 17 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Ceará - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	3.896.396.328,00	3.490.787.612,58	3.948.631.385,08	4.696.630.468,98	5.128.530.813,97	5.529.362.700,52
Gastos Sociais - Gs	5.355.393.941,00	4.925.785.497,98	5.931.413.143,19	6.988.942.800,18	8.701.103.529,98	9.353.971.476,38
Gastos Econômicos - Ge	653.577.690,00	517.308.793,96	944.719.656,19	1.473.418.838,09	2.134.598.828,83	1.747.303.853,58
Total das Despesas por Função	9.905.367.959,00	8.933.881.904,52	10.824.764.184,46	13.158.992.107,25	15.964.233.172,78	16.630.638.030,48

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	7.242.778.712,92	7.267.263.377,10	8.211.201.787,88	8.722.701.839,92
Gastos Sociais - Gs	7.730.978.277,54	8.447.756.682,51	9.859.579.368,04	9.573.172.668,71
Gastos Econômicos - Ge	1.664.434.574,37	1.889.597.454,32	2.761.972.093,51	2.227.490.319,64
Total das Despesas por Função	16.638.191.564,83	17.604.617.513,93	20.832.753.249,43	20.523.364.828,27

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 18 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Ceará - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	39,34	39,07	36,48	35,69	32,13	33,25	43,53	41,28	39,41	42,50
Proporção dos gastos sociais	54,07	55,14	54,79	53,11	54,50	56,25	46,47	47,99	47,33	46,65
Proporção dos gastos econômicos	6,60	5,79	8,73	11,20	13,37	10,51	10,00	10,73	13,26	10,85

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Distrito Federal

Tabela 19 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Distrito Federal - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	2.671.427.598,94	2.424.202.309,84	2.714.650.508,66	3.255.577.303,43	3.368.445.263,73	3.725.728.865,34
Gastos Sociais - Gs	4.594.741.022,90	4.945.875.518,17	6.488.403.178,27	7.139.949.362,22	7.488.466.633,34	8.966.601.914,24
Gastos Econômicos - Ge	697.773.746,42	775.352.706,54	885.733.981,01	1.308.784.179,71	1.415.826.686,20	1.115.735.654,72
Total das Despesas por Função	7.963.942.368,26	8.145.430.534,55	10.088.787.667,94	11.704.310.845,36	12.272.738.583,27	13.808.066.434,30

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	4.248.691.886,27	4.621.895.650,37	5.200.072.491,08	5.247.799.427,42
Gastos Sociais - Gs	10.243.326.978,00	11.461.789.014,13	12.092.970.751,61	20.608.397.390,02
Gastos Econômicos - Ge	1.325.437.099,50	2.049.404.908,08	1.715.729.739,97	1.850.922.649,27
Total das Despesas por Função	15.817.455.963,77	18.133.089.572,58	19.008.772.982,66	27.707.119.466,71

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 20 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Distrito Federal - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	33,54	29,76	26,91	27,82	27,45	26,98	26,86	25,49	27,36	18,94
Proporção dos gastos sociais	57,69	60,72	64,31	61,00	61,02	64,94	64,76	63,21	63,62	74,38
Proporção dos gastos econômicos	8,76	9,52	8,78	11,18	11,54	8,08	8,38	11,30	9,03	6,68

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Espírito Santo

Tabela 21 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Espírito Santo - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	4.722.789.484,81	5.465.236.022,85	5.901.321.458,87	5.658.752.190,93	5.747.002.708,02	6.787.939.664,15
Gastos Sociais - Gs	2.630.348.384,16	2.974.208.303,96	3.620.104.670,50	4.514.164.100,79	4.904.386.333,67	5.038.678.354,08
Gastos Econômicos - Ge	537.221.027,95	546.381.737,90	671.343.626,53	931.889.867,71	1.022.159.654,49	816.926.978,60
Total das Despesas por Função	7.890.358.896,92	8.985.826.064,71	10.192.769.755,90	11.104.806.159,43	11.673.548.696,18	12.643.544.996,83

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	4.682.103.110,45	4.554.724.301,37	4.685.873.677,16	4.653.327.989,20
Gastos Sociais - Gs	5.470.762.445,01	6.281.140.618,86	7.123.242.606,57	6.785.736.453,98
Gastos Econômicos - Ge	1.029.976.326,36	1.270.765.040,08	1.455.347.692,08	743.641.360,28
Total das Despesas por Função	11.182.841.881,82	12.106.629.960,31	13.264.463.975,81	12.182.705.803,46

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 22 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Espírito Santo - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	59,86	60,82	57,90	50,96	49,23	53,69	41,87	37,62	35,33	38,20
Proporção dos gastos sociais	33,34	33,10	35,52	40,65	42,01	39,85	48,92	51,88	53,70	55,70
Proporção dos gastos econômicos	6,81	6,08	6,59	8,39	8,76	6,46	9,21	10,50	10,97	6,10

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 23 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Goiás - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	4.328.790.895,76	5.006.865.398,90	5.879.313.385,96	6.161.580.050,91	7.297.226.932,13	7.154.614.816,72
Gastos Sociais - Gs	3.643.032.479,51	4.081.128.831,85	4.434.768.311,96	4.825.221.190,96	5.637.513.636,23	6.006.724.882,40
Gastos Econômicos - Ge	322.410.366,42	453.037.502,73	754.555.501,00	818.755.497,59	1.169.757.846,80	929.732.404,52
Total das Despesas por Função	8.294.233.741,69	9.541.031.733,48	11.068.637.198,92	11.805.556.739,46	14.104.498.415,16	14.091.072.103,64

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	8.389.649.555,31	8.006.353.085,47	9.891.002.306,81	10.058.603.611,70
Gastos Sociais - Gs	7.264.121.431,40	7.790.710.779,32	9.167.671.938,60	10.111.155.300,74
Gastos Econômicos - Ge	1.020.577.516,03	1.918.756.388,45	2.463.238.798,46	1.683.630.715,98
Total das Despesas por Função	16.674.348.502,74	17.715.820.253,24	21.521.913.043,87	21.853.389.628,42

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 24 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Goiás - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	52,19	52,48	53,12	52,19	51,74	50,77	50,31	45,19	45,96	46,03
Proporção dos gastos sociais	43,92	42,77	40,07	40,87	39,97	42,63	43,56	43,98	42,60	46,27
Proporção dos gastos econômicos	3,89	4,75	6,82	6,94	8,29	6,60	6,12	10,83	11,45	7,70

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Maranhão

Tabela 25 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Maranhão - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	2.280.424.161,95	2.549.863.039,17	3.185.387.645,67	3.620.467.020,53	3.936.588.023,61	4.596.696.494,98
Gastos Sociais - Gs	2.396.492.679,21	2.322.164.615,70	3.294.674.891,05	3.803.024.085,25	4.259.431.057,07	4.714.254.651,58
Gastos Econômicos - Ge	229.712.047,75	335.618.478,68	403.979.867,31	461.410.954,37	659.874.317,50	445.902.078,54
Total das Despesas por Função	4.906.628.888,91	5.207.646.133,55	6.884.042.404,03	7.884.902.060,15	8.855.893.398,18	9.756.853.225,10

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	5.046.352.510,00	6.823.114.484,21	5.448.832.536,92	6.011.034.243,56
Gastos Sociais - Gs	5.475.224.189,88	6.583.539.560,46	7.228.684.619,85	7.461.203.842,86
Gastos Econômicos - Ge	711.628.460,60	686.456.847,18	979.876.553,67	719.997.878,91
Total das Despesas por Função	11.233.205.160,48	14.093.110.891,85	13.657.393.710,44	14.192.235.965,33

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 26 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Maranhão - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	46,48	48,96	46,27	45,92	44,45	47,11	44,92	48,41	39,90	42,35
Proporção dos gastos sociais	48,84	44,59	47,86	48,23	48,10	48,32	48,74	46,71	52,93	52,57
Proporção dos gastos econômicos	4,68	6,44	5,87	5,85	7,45	4,57	6,34	4,87	7,17	5,07

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Minas Gerais

Tabela 27 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Minas Gerais - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	16.261.016.025,21	18.111.119.394,02	21.211.615.666,00	21.878.914.455,13	24.433.056.565,40	27.410.801.852,32
Gastos Sociais - Gs	10.369.537.452,39	11.598.201.749,99	14.544.091.542,24	14.260.761.482,72	16.494.657.044,69	18.545.459.386,56
Gastos Econômicos - Ge	2.388.235.690,61	2.733.827.156,44	3.543.655.642,04	4.123.784.977,21	3.116.819.791,89	2.623.497.504,09
Total das Despesas por Função	29.018.789.168,21	32.443.148.300,45	39.299.362.850,28	40.263.460.915,06	44.044.533.401,98	48.579.758.742,97

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	28.088.417.029,99	33.040.475.144,51	36.536.988.533,14	40.826.026.048,54
Gastos Sociais - Gs	24.166.088.099,43	26.834.339.455,15	26.965.628.603,57	30.650.636.033,49
Gastos Econômicos - Ge	2.307.720.486,37	3.427.941.451,12	3.069.788.069,96	2.133.357.144,61
Total das Despesas por Função	54.562.225.615,79	63.302.756.050,78	66.572.405.206,67	73.610.019.226,64

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 28 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Minas Gerais - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	56,04	55,82	53,97	54,34	55,47	56,42	51,48	52,19	54,88	55,46
Proporção dos gastos sociais	35,73	35,75	37,01	35,42	37,45	38,18	44,29	42,39	40,51	41,64
Proporção dos gastos econômicos	8,23	8,43	9,02	10,24	7,08	5,40	4,23	5,42	4,61	2,90

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Mato Grosso do Sul

Tabela 29 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Mato Grosso do Sul - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	2.554.227.583,08	3.078.761.534,29	3.634.962.151,65	3.729.804.309,57	3.659.254.239,49	4.834.426.124,69
Gastos Sociais - Gs	1.795.108.876,05	2.003.596.901,82	2.476.755.739,97	2.860.910.513,77	2.971.147.262,97	3.476.626.900,84
Gastos Econômicos - Ge	326.817.486,03	221.943.608,30	566.012.465,41	562.966.284,62	896.238.563,34	1.081.357.639,67
Total das Despesas por Função	4.676.153.945,16	5.304.302.044,41	6.677.730.357,03	7.153.681.107,96	7.526.640.065,80	9.392.410.665,20

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	5.447.416.522,28	5.409.905.891,67	6.266.640.321,53	6.564.476.900,94
Gastos Sociais - Gs	3.783.196.024,45	4.059.927.955,85	4.107.443.765,80	4.941.297.900,12
Gastos Econômicos - Ge	854.369.679,50	1.049.386.477,08	1.610.449.277,06	615.231.360,70
Total das Despesas por Função	10.084.982.226,23	10.519.220.324,60	11.984.533.364,39	12.121.006.161,76

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 30 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Mato Grosso do Sul - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	54,62	58,04	54,43	52,14	48,62	51,47	54,02	51,43	52,29	54,16
Proporção dos gastos sociais	38,39	37,77	37,09	39,99	39,48	37,02	37,51	38,60	34,27	40,77
Proporção dos gastos econômicos	6,99	4,18	8,48	7,87	11,91	11,51	8,47	9,98	13,44	5,08

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Mato Grosso

Tabela 31 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Mato Grosso - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	3.144.464.288,01	3.600.857.388,67	4.398.356.846,33	4.858.865.872,56	5.308.742.234,20	5.918.663.987,58
Gastos Sociais - Gs	2.084.913.927,10	2.408.478.171,53	2.931.149.028,48	3.202.807.580,41	3.640.032.704,90	4.161.680.713,45
Gastos Econômicos - Ge	472.936.849,22	503.024.158,30	576.917.174,36	1.240.576.963,71	801.497.426,40	849.204.243,70
Total das Despesas por Função	5.702.315.064,33	6.512.359.718,50	7.906.423.049,17	9.302.250.416,68	9.750.272.365,50	10.929.548.944,73

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	6.886.707.828,14	4.564.460.217,18	4.884.803.747,73	5.424.405.752,01
Gastos Sociais - Gs	5.537.280.195,50	7.016.446.420,43	6.109.026.282,37	6.316.487.078,75
Gastos Econômicos - Ge	722.267.698,97	1.140.706.755,20	1.456.019.501,56	1.025.902.308,91
Total das Despesas por Função	13.146.255.722,61	12.721.613.392,81	12.449.849.531,66	12.766.795.139,67

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 32 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Mato Grosso - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	55,14	55,29	55,63	52,23	54,45	54,15	52,39	35,88	39,24	42,49
Proporção dos gastos sociais	36,56	36,98	37,07	34,43	37,33	38,08	42,12	55,15	49,07	49,48
Proporção dos gastos econômicos	8,29	7,72	7,30	13,34	8,22	7,77	5,49	8,97	11,70	8,04

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Pará

Tabela 33 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Pará - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	3.004.706.735,71	3.437.205.404,53	4.143.937.673,24	4.570.355.393,76	5.060.966.453,68	5.219.220.671,72
Gastos Sociais - Gs	3.380.586.084,76	3.622.428.289,62	4.476.604.847,28	4.855.240.288,03	5.573.363.290,23	5.949.137.983,41
Gastos Econômicos - Ge	560.142.541,75	554.040.954,11	760.860.884,38	785.022.728,30	902.751.214,72	569.992.153,11
Total das Despesas por Função	6.945.435.362,22	7.613.674.648,26	9.381.403.404,90	10.210.618.410,09	11.537.080.958,63	11.738.350.808,24

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	6.295.207.756,48	7.353.753.629,50	7.927.093.460,05	9.010.434.590,86
Gastos Sociais - Gs	7.136.813.795,61	8.186.671.322,27	8.911.884.567,73	9.777.588.666,87
Gastos Econômicos - Ge	919.813.232,67	1.076.124.290,64	1.117.756.840,51	1.138.002.661,35
Total das Despesas por Função	14.351.834.784,76	16.616.549.242,41	17.956.734.868,29	19.926.025.919,08

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 34 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Pará - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	43,26	45,15	44,17	44,76	43,87	44,46	43,86	44,26	44,15	45,22
Proporção dos gastos sociais	48,67	47,58	47,72	47,55	48,31	50,68	49,73	49,27	49,63	49,07
Proporção dos gastos econômicos	8,06	7,28	8,11	7,69	7,82	4,86	6,41	6,48	6,22	5,71

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Paraíba

Tabela 35 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Paraíba - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	2.226.986.934,05	2.318.749.617,25	2.672.782.280,02	2.045.792.055,91	2.226.081.521,97	2.220.048.545,19
Gastos Sociais - Gs	1.789.455.557,12	1.926.214.838,80	2.314.294.721,10	3.103.475.754,21	3.276.390.789,42	3.432.392.603,21
Gastos Econômicos - Ge	206.839.621,72	238.851.470,26	322.648.915,23	260.003.076,25	342.347.371,94	383.670.368,58
Total das Despesas por Função	4.223.282.112,89	4.483.815.926,31	5.309.725.916,35	5.409.270.886,37	5.844.819.683,33	6.036.111.516,98

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	2.745.341.407,34	2.894.888.543,46	3.148.744.776,73	3.508.492.590,02
Gastos Sociais - Gs	3.910.260.048,60	4.613.830.505,55	5.063.391.268,71	5.031.319.359,70
Gastos Econômicos - Ge	530.459.082,03	596.603.459,90	656.763.089,24	535.137.127,38
Total das Despesas por Função	7.186.060.537,97	8.105.322.508,91	8.868.899.134,68	9.074.949.077,10

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 36 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Paraíba - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	52,73	51,71	50,34	37,82	38,09	36,78	38,20	35,72	35,50	38,66
Proporção dos gastos sociais	42,37	42,96	43,59	57,37	56,06	56,86	54,41	56,92	57,09	55,44
Proporção dos gastos econômicos	4,90	5,33	6,08	4,81	5,86	6,36	7,38	7,36	7,41	5,90

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Pernambuco

Tabela 37 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Pernambuco - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	4.209.929.448,95	5.505.546.208,76	6.284.057.661,64	7.348.761.476,17	6.545.095.779,38	7.662.616.249,17
Gastos Sociais - Gs	4.507.561.853,34	5.368.280.718,65	6.736.570.525,30	7.801.363.661,91	8.933.417.180,92	9.684.323.338,76
Gastos Econômicos - Ge	613.692.152,31	595.677.089,03	917.505.774,23	1.205.245.737,75	1.533.773.840,66	1.851.817.054,70
Total das Despesas por Função	9.331.183.454,60	11.469.504.016,44	13.938.133.961,17	16.355.370.875,83	17.012.286.800,96	19.198.756.642,63

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	8.291.886.186,71	9.260.050.217,63	10.030.964.370,60	10.505.250.932,69
Gastos Sociais - Gs	11.304.985.929,10	13.000.106.267,54	13.972.727.148,16	13.366.692.185,15
Gastos Econômicos - Ge	2.205.006.717,03	2.103.544.431,82	1.996.965.123,90	1.371.914.482,05
Total das Despesas por Função	21.801.878.832,84	24.363.700.916,99	26.000.656.642,66	25.243.857.599,89

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 38 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Pernambuco - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	45,12	48,00	45,09	44,93	38,47	39,91	38,03	38,01	38,58	41,62
Proporção dos gastos sociais	48,31	46,80	48,33	47,70	52,51	50,44	51,85	53,36	53,74	52,95
Proporção dos gastos econômicos	6,58	5,19	6,58	7,37	9,02	9,65	10,11	8,63	7,68	5,43

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Piauí

Tabela 39 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Piauí - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	1.423.373.727,43	1.932.633.684,39	2.359.082.954,49	2.548.325.691,55	2.493.697.698,07	2.684.525.331,70
Gastos Sociais - Gs	1.631.778.907,78	1.594.263.912,18	1.828.846.047,37	2.358.187.206,17	2.733.649.331,74	2.940.206.864,09
Gastos Econômicos - Ge	239.413.227,71	244.713.492,20	192.545.487,93	354.651.283,29	370.863.109,39	248.665.491,67
Total das Despesas por Função	3.294.565.862,92	3.771.611.088,77	4.380.474.489,79	5.261.164.181,01	5.598.210.139,20	5.873.397.687,46

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	3.022.652.044,90	2.537.344.184,43	2.674.622.140,91	2.862.224.152,90
Gastos Sociais - Gs	3.018.433.741,70	3.634.098.678,15	3.783.914.299,00	4.084.572.898,54
Gastos Econômicos - Ge	392.500.217,20	622.971.836,18	496.027.064,19	302.035.267,11
Total das Despesas por Função	6.433.586.003,80	6.794.414.698,76	6.954.563.504,10	7.248.832.318,55

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 40 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Piauí - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	43,20	51,24	53,85	48,44	44,54	45,71	46,98	37,34	38,46	39,49
Proporção dos gastos sociais	49,53	42,27	41,75	44,82	48,83	50,06	46,92	53,49	54,41	56,35
Proporção dos gastos econômicos	7,27	6,49	4,40	6,74	6,62	4,23	6,10	9,17	7,13	4,17

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Paraná

Tabela 41 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Paraná - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	6.516.268.858,79	7.056.064.366,10	8.044.740.089,44	8.425.059.392,08	9.229.242.294,95	10.762.150.813,21
Gastos Sociais - Gs	7.375.491.269,93	8.030.262.285,28	9.368.174.033,63	10.208.330.349,64	11.455.581.029,55	12.604.947.416,13
Gastos Econômicos - Ge	1.088.004.360,31	868.087.223,05	916.189.952,03	1.063.314.115,95	1.492.509.961,93	1.230.180.359,82
Total das Despesas por Função	14.979.764.489,03	15.954.413.874,43	18.329.104.075,10	19.696.703.857,67	22.177.333.286,43	24.597.278.589,16

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	12.689.552.574,60	14.032.353.581,06	15.858.615.781,17	18.261.230.739,71
Gastos Sociais - Gs	14.287.077.583,42	16.275.750.656,95	17.356.091.393,72	16.788.088.621,42
Gastos Econômicos - Ge	1.514.052.235,41	1.738.911.306,57	1.692.977.816,38	1.365.513.683,20
Total das Despesas por Função	28.490.682.393,43	32.047.015.544,58	34.907.684.991,27	36.414.833.044,33

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 42 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Paraná - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	43,50	44,23	43,89	42,77	41,62	43,75	44,54	43,79	45,43	50,15
Proporção dos gastos sociais	49,24	50,33	51,11	51,83	51,65	51,25	50,15	50,79	49,72	46,10
Proporção dos gastos econômicos	7,26	5,44	5,00	5,40	6,73	5,00	5,31	5,43	4,85	3,75

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Rio de Janeiro

Tabela 43 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Rio de Janeiro - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	19.773.394.776,59	21.341.894.577,54	23.802.929.458,97	22.790.630.990,17	25.225.186.188,37	27.771.097.699,80
Gastos Sociais - Gs	13.188.692.543,86	13.124.559.831,20	15.510.164.725,43	18.319.459.217,96	21.052.698.847,65	23.453.185.506,41
Gastos Econômicos - Ge	1.234.276.958,39	1.181.982.676,04	1.487.894.701,16	1.952.304.881,88	2.750.384.361,34	3.138.870.544,26
Total das Despesas por Função	34.196.364.278,84	35.648.437.084,78	40.800.988.885,56	43.062.395.090,01	49.028.269.397,36	54.363.153.750,47

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	31.061.787.744,02	35.878.887.512,91	35.863.215.337,58	27.564.675.167,64
Gastos Sociais - Gs	26.214.396.839,86	27.621.672.076,54	30.179.150.869,88	28.174.768.597,65
Gastos Econômicos - Ge	3.555.596.044,90	4.887.753.725,59	5.178.537.934,74	6.499.743.741,70
Total das Despesas por Função	60.831.780.628,78	68.388.313.315,04	71.220.904.142,20	62.239.187.506,99

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 44 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Rio de Janeiro - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	57,82	59,87	58,34	52,92	51,45	51,08	51,06	52,46	50,35	44,29
Proporção dos gastos sociais	38,57	36,82	38,01	42,54	42,94	43,14	43,09	40,39	42,37	45,27
Proporção dos gastos econômicos	3,61	3,32	3,65	4,53	5,61	5,77	5,84	7,15	7,27	10,44

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Rio Grande do Norte

Tabela 45 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Rio Grande do Norte - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	1.797.101.126,44	2.087.378.710,15	2.387.473.228,12	2.677.558.693,90	2.755.295.981,54	3.131.899.543,69
Gastos Sociais - Gs	2.241.155.379,52	2.657.235.442,73	2.977.819.173,60	3.371.692.401,41	3.318.248.269,73	3.523.223.728,79
Gastos Econômicos - Ge	441.328.259,46	373.753.343,97	439.121.501,54	535.260.424,52	531.812.550,32	445.355.078,62
Total das Despesas por Função	4.479.584.765,42	5.118.367.496,85	5.804.413.903,26	6.584.511.519,83	6.605.356.801,59	7.100.478.351,10

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	3.791.653.624,50	4.132.154.941,61	4.025.616.204,30	4.158.361.535,74
Gastos Sociais - Gs	4.386.714.504,71	4.465.781.971,41	4.944.256.090,02	5.437.665.946,70
Gastos Econômicos - Ge	507.420.432,78	593.164.869,43	489.163.861,41	618.779.531,80
Total das Despesas por Função	8.685.788.561,99	9.191.101.782,45	9.459.036.155,73	10.214.807.014,24

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 46 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Rio Grande do Norte - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	40,12	40,78	41,13	40,66	41,71	44,11	43,65	44,96	42,56	40,71
Proporção dos gastos sociais	50,03	51,92	51,30	51,21	50,24	49,62	50,50	48,59	52,27	53,23
Proporção dos gastos econômicos	9,85	7,30	7,57	8,13	8,05	6,27	5,84	6,45	5,17	6,06

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Rondônia

Tabela 47 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Rondônia - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	1.680.766.218,62	1.797.842.951,16	2.201.401.400,07	2.776.147.636,73	2.825.909.571,07	3.322.288.865,34
Gastos Sociais - Gs	884.169.388,57	992.527.148,01	1.256.803.014,59	1.381.479.964,47	1.607.114.201,73	1.837.179.798,94
Gastos Econômicos - Ge	180.308.059,78	191.107.494,53	314.847.773,32	283.546.742,09	369.387.711,47	279.311.397,72
Total das Despesas por Função	2.745.243.666,97	2.981.477.593,70	3.773.052.187,98	4.441.174.343,29	4.802.411.484,27	5.438.780.062,00

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	3.354.197.964,01	3.485.522.078,23	3.881.096.508,07	3.105.207.041,14
Gastos Sociais - Gs	1.935.279.850,59	2.268.349.000,43	2.245.061.599,68	2.529.645.095,06
Gastos Econômicos - Ge	412.067.694,20	535.248.295,31	397.768.032,33	382.506.142,17
Total das Despesas por Função	5.701.545.508,80	6.289.119.373,97	6.523.926.140,08	6.017.358.278,37

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 48 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Rondônia - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	61,22	60,30	58,35	62,51	58,84	61,09	58,83	55,42	59,49	51,60
Proporção dos gastos sociais	32,21	33,29	33,31	31,11	33,46	33,78	33,94	36,07	34,41	42,04
Proporção dos gastos econômicos	6,57	6,41	8,34	6,38	7,69	5,14	7,23	8,51	6,10	6,36

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Roraima

Tabela 49 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Roraima - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	487.021.650,59	585.405.545,05	681.231.940,93	711.589.253,15	831.066.793,89	912.894.869,93
Gastos Sociais - Gs	539.672.857,65	676.667.234,91	806.755.147,70	854.360.126,62	919.963.205,17	1.025.495.795,95
Gastos Econômicos - Ge	210.951.286,71	219.917.565,53	297.451.698,28	439.488.666,95	365.630.023,46	512.946.392,15
Total das Despesas por Função	1.237.645.794,95	1.481.990.345,49	1.785.438.786,91	2.005.438.046,72	2.116.660.022,52	2.451.337.058,03

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	882.820.106,03	1.078.053.908,60	924.965.545,53	1.032.948.390,29
Gastos Sociais - Gs	1.130.938.750,52	1.360.045.217,14	1.148.021.360,61	1.299.378.063,19
Gastos Econômicos - Ge	586.873.193,17	1.441.788.638,98	464.184.619,55	347.711.968,04
Total das Despesas por Função	2.600.632.049,72	3.879.887.764,72	2.537.171.525,69	2.680.038.421,52

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 50 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Roraima - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	39,35	39,50	38,15	35,48	39,26	37,24	33,95	27,79	36,46	38,54
Proporção dos gastos sociais	43,60	45,66	45,19	42,60	43,46	41,83	43,49	35,05	45,25	48,48
Proporção dos gastos econômicos	17,04	14,84	16,66	21,91	17,27	20,93	22,57	37,16	18,30	12,97

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Rio Grande do Sul

Tabela 51 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Rio Grande do Sul - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	9.768.430.363,27	10.550.833.710,54	13.364.950.558,26	14.933.024.638,64	18.071.190.103,00	15.210.360.047,01
Gastos Sociais - Gs	8.290.353.155,73	8.943.630.620,15	9.893.453.485,43	12.715.367.172,68	14.940.767.471,97	19.452.221.907,15
Gastos Econômicos - Ge	942.691.069,54	721.693.479,27	741.670.187,08	906.693.298,71	1.868.315.578,07	1.434.930.997,67
Total das Despesas por Função	19.001.474.588,54	20.216.157.809,96	24.000.074.230,77	28.555.085.110,03	34.880.273.153,04	36.097.512.951,83

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	16.918.600.135,48	18.727.356.225,68	21.245.052.615,40	22.740.796.202,10
Gastos Sociais - Gs	21.805.780.749,55	17.544.412.383,82	19.779.903.286,20	21.611.717.155,08
Gastos Econômicos - Ge	1.479.480.237,85	1.473.517.617,71	1.706.405.306,58	1.206.396.122,99
Total das Despesas por Função	40.203.861.122,88	37.745.286.227,21	42.731.361.208,18	45.558.909.480,17

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 52 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Rio Grande do Sul - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	51,41	52,19	55,69	52,30	51,81	42,14	42,08	49,62	49,72	49,92
Proporção dos gastos sociais	43,63	44,24	41,22	44,53	42,83	53,89	54,24	46,48	46,29	47,44
Proporção dos gastos econômicos	4,96	3,57	3,09	3,18	5,36	3,98	3,68	3,90	3,99	2,65

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Santa Catarina

Tabela 53 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Santa Catarina - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	3.420.389.021,45	3.860.569.435,87	5.517.964.080,09	4.712.521.192,26	4.885.984.161,50	5.678.884.248,40
Gastos Sociais - Gs	3.741.655.887,73	4.268.428.693,86	4.688.524.566,35	5.982.261.277,23	6.576.583.142,12	7.279.010.848,01
Gastos Econômicos - Ge	722.837.051,50	747.011.270,32	378.204.697,97	1.141.845.140,79	945.851.062,14	1.138.237.676,33
Total das Despesas por Função	7.884.881.960,68	8.876.009.400,05	10.584.693.344,41	11.836.627.610,28	12.408.418.365,76	14.096.132.772,74

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	7.553.704.002,41	7.228.294.827,40	7.751.451.070,77	8.315.563.811,28
Gastos Sociais - Gs	8.390.716.911,46	9.357.597.144,35	10.480.888.937,98	11.583.422.180,99
Gastos Econômicos - Ge	1.200.313.727,02	1.625.088.979,49	1.777.971.371,18	1.749.733.553,88
Total das Despesas por Função	17.144.734.640,89	18.210.980.951,24	20.010.311.379,93	21.648.719.546,15

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 54 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Santa Catarina - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	43,38	43,49	52,13	39,81	39,38	40,29	44,06	39,69	38,74	38,41
Proporção dos gastos sociais	47,45	48,09	44,30	50,54	53,00	51,64	48,94	51,38	52,38	53,51
Proporção dos gastos econômicos	9,17	8,42	3,57	9,65	7,62	8,07	7,00	8,92	8,89	8,08

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Sergipe

Tabela 55 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Sergipe - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	1.619.054.471,08	1.659.605.651,71	2.016.980.268,99	2.231.106.652,25	2.793.047.103,01	2.229.955.392,19
Gastos Sociais - Gs	1.562.251.106,66	1.552.378.836,41	1.948.750.559,17	2.289.140.282,87	2.710.579.141,47	2.891.234.534,11
Gastos Econômicos - Ge	394.690.832,36	218.087.832,80	303.297.363,75	423.142.751,82	495.217.644,56	447.295.366,80
Total das Despesas por Função	3.575.996.410,10	3.430.072.320,92	4.269.028.191,91	4.943.389.686,94	5.998.843.889,04	5.568.485.293,10

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	2.814.019.255,03	2.797.477.485,41	2.679.166.028,78	2.752.219.398,81
Gastos Sociais - Gs	3.327.888.491,88	3.320.656.337,20	3.807.367.542,59	3.820.035.705,20
Gastos Econômicos - Ge	413.467.627,63	352.545.595,49	396.833.589,71	371.365.494,26
Total das Despesas por Função	6.555.375.374,54	6.470.679.418,10	6.883.367.161,08	6.943.620.598,27

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 56 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Sergipe - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	45,28	48,38	47,25	45,13	46,56	40,05	42,93	43,23	38,92	39,64
Proporção dos gastos sociais	43,69	45,26	45,65	46,31	45,19	51,92	50,77	51,32	55,31	55,02
Proporção dos gastos econômicos	11,04	6,36	7,10	8,56	8,26	8,03	6,31	5,45	5,77	5,35

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## São Paulo

Tabela 57 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - São Paulo - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	42.703.103.131,53	49.328.749.455,42	54.172.991.695,40	57.381.632.603,91	57.572.098.226,77	71.258.338.572,37
Gastos Sociais - Gs	34.248.769.081,84	37.836.934.270,77	54.470.544.088,12	58.364.839.007,61	60.855.109.090,34	74.286.728.074,15
Gastos Econômicos - Ge	7.171.100.362,87	8.929.331.116,32	12.090.997.676,66	15.014.198.742,04	14.865.567.378,35	14.404.721.541,36
Total das Despesas por Função	84.122.972.576,24	96.095.014.842,51	120.734.533.460,18	130.760.670.353,56	133.292.774.695,46	159.949.788.187,88

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	69.979.314.625,65	76.850.457.581,85	81.774.708.679,64	87.194.605.796,72
Gastos Sociais - Gs	72.985.216.254,07	82.643.758.275,76	87.068.296.401,62	92.716.901.919,92
Gastos Econômicos - Ge	11.839.083.200,76	17.286.380.113,78	16.828.392.061,57	14.504.650.581,24
Total das Despesas por Função	154.803.614.080,48	176.780.595.971,39	185.671.397.142,83	194.416.158.297,88

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 58 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - São Paulo - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	50,76	51,33	44,87	43,88	43,19	44,55	45,21	43,47	44,04	44,85
Proporção dos gastos sociais	40,71	39,37	45,12	44,63	45,66	46,44	47,15	46,75	46,89	47,69
Proporção dos gastos econômicos	8,52	9,29	10,01	11,48	11,15	9,01	7,65	9,78	9,06	7,46

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

## Tocantins

Tabela 59 - Gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos em valores correntes (R\$ 1,00) - Tocantins - 2006-2015

Especificação	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos Mínimos - Gm	1.216.980.406,87	1.424.544.642,16	1.703.620.859,76	1.868.875.256,50	2.072.028.072,44	2.490.924.075,21
Gastos Sociais - Gs	1.044.294.416,60	1.172.269.263,15	1.495.456.588,28	1.533.611.602,74	1.625.510.105,38	1.944.180.001,26
Gastos Econômicos - Ge	547.191.981,51	676.769.646,71	814.131.006,63	662.608.821,53	808.179.058,32	446.354.936,45
Total das Despesas por Função	2.808.466.804,98	3.273.583.552,02	4.013.208.454,67	4.065.095.680,77	4.505.717.236,14	4.881.459.012,92

Especificação	Exercício			
	2012	2013	2014	2015
Gastos Mínimos - Gm	2.704.965.769,27	2.959.025.006,17	3.140.724.223,11	3.564.539.472,94
Gastos Sociais - Gs	2.283.267.100,24	2.613.306.388,45	2.946.509.295,45	2.998.000.732,88
Gastos Econômicos - Ge	443.030.582,42	639.677.741,35	866.239.473,04	415.194.243,68
Total das Despesas por Função	5.431.263.451,93	6.212.009.135,97	6.953.472.991,60	6.977.734.449,50

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.

Tabela 60 - Participação (em %) dos gastos mínimos, dos gastos sociais e dos gastos econômicos no total das despesas do governo estadual - Tocantins - 2006-2015

Especificação	Exercício									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proporção dos gastos mínimos	43,33	43,52	42,45	45,97	45,99	51,03	49,80	47,63	45,17	51,08
Proporção dos gastos sociais	37,18	35,81	37,26	37,73	36,08	39,83	42,04	42,07	42,37	42,97
Proporção dos gastos econômicos	19,48	20,67	20,29	16,30	17,94	9,14	8,16	10,30	12,46	5,95

Fonte: Dados Básicos: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração do autor.